

Quem disse ?

«Serei fiel aos compromissos que os portugueses me deram para os próximos cinco anos»

Jorge Sampaio
Hotel Altis, 14 de Janeiro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Eleições em Cabo Verde

Guterres felicitou vitória do PAICV

O primeiro-ministro, António Guterres, enviou terça-feira uma mensagem de felicitações ao vencedor das eleições legislativas cabo-verdianas, o líder do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), José Maria Neves.

Na sua mensagem dirigida ao provável chefe do Executivo cabo-verdiano, António Guterres mostrou-se seguro de que com o próximo Governo de Cabo Verde surgirão «novas oportunidades de aprofundamento das excelentes relações entre os dois países de língua portuguesa». Como acrescentou António Guterres na mensagem que enviou a José Maria Neves, importa aprofundar as relações bilaterais no plano político, económico, na cooperação e no contexto do relacionamento de Cabo Verde com a União Europeia.

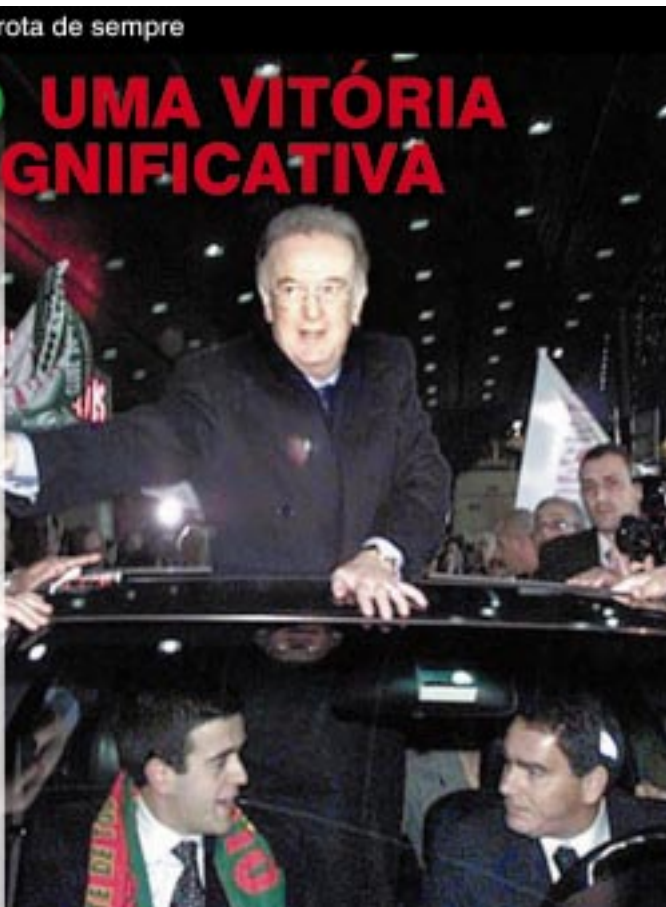
Recorde-se que o PAICV foi um dos primeiros partidos dos países africanos de expressão portuguesa a aderir à Internacional Socialista.

Na terça-feira, António Guterres também enviou uma mensagem de solidariedade ao Presidente de El Salvador, Francisco Flores, enquanto o Serviço Nacional de Protecção Civil preparou o envio de socorros para este país. Manifestando a sua profunda consternação com a «imensa tragédia que se abateu sobre a República de El Salvador», António Guterres assegurou a disponibilidade do Governo «e certamente das organizações da sociedade civil» portuguesa para colaborar na reconstrução que agora se inicia. O material que já seguiu para este país da América Central incluiu 76 «kits» de cozinha, um depósito de água de quatro mil litros, 400 rações de combate, 400 «kits» de higiene, cinco geradores, material eléctrico variado, moto-bomba, 151 sacos para cadáveres de adultos e 31 para cadáveres de crianças.

Direita sofreu a maior derrota de sempre

SAMPAIO UMA VITÓRIA MUITO SIGNIFICATIVA

Jorge Sampaio foi reeleito domingo para mais um mandato de cinco anos na Presidência da República. O candidato do Partido Socialista venceu em quase todos os distritos do país, incluindo a Madeira e Viseu, e deixou o candidato da direita a longa distância. Jorge Sampaio obteve 55,8 por cento dos votos, enquanto Ferreira do Amaral se ficou pelos 34,5 por cento. Em relação ao candidato da direita, que averbou a sua maior derrota de sempre, Sampaio superou-o por cerca de um milhão de votos. Na hora da vitória, o Presidente da República não hesitou em mostrar preocupação pelos elevados índices de abstenção, que se situou na casa dos 49 por cento, razão pela qual decidiu dar absoluta prioridade à reforma do sistema político. Outro ponto de preocupação do chefe de Estado será o combate à Sida. O secretário-geral do Partido Socialista felicitou Jorge Sampaio pela sua significativa vitória. Visivelmente satisfeito com o resultado, António Guterres comentou que os portugueses deram um sinal importante de que querem estabilidade política em Portugal. Já o secretário-coordenador do partido, Jorge Coelho, apontou que a estratégia de Durão Barroso fálhou com os resultados de domingo passado. «O tiro do PSD saiu pela culatra», denunciou.



Governo

Intempéries Aprovadas medidas para enfrentar danos e prejuízos



O Executivo socialista solidarizou-se com as populações afectadas pelo mau tempo que assolou o País e aprovou uma resolução que contempla as medidas necessárias para acorrer aos danos e prejuízos de maior relevo causados pelas intempéries recentes.

Sociedade & País

Porto 2001 Fantástica abertura augura sucesso



A abertura do Porto 2001 ficou marcada pelo brilhantismo. As expectativas não ficaram defraudadas. Uma combinação entre o moderno e o clássico, com espectáculos para todos os gostos, coloca a Cidade Invicta como uma grande Capital Europeia da Cultura, como aliás a cidade e as suas gentes merecem. Houve apenas uma nota negra marginal: Durão Barroso, tentando estragar a festa com fins eleitorais, foi apupado por populares.



Uma vitória incontestável

«Tal como há cinco anos, é um prazer tê-los aqui e estar aqui neste momento», disse Jorge Sampaio, momentos depois de ver confirmada a sua reeleição como Presidente da República, aproveitando para recordar a noite da vitória sobre Cavaco Silva, em 1996, que também foi comemorada no Hotel Altis.

Tal como em 1996, Sampaio voltou a derrotar a direita, deixando o seu mais directo adversário a um milhão de votos de diferença. O candidato do Partido Socialista venceu em quase todos os distritos do País, incluindo a Madeira e Viseu, tradicionais bastiões da direita. Jorge Sampaio obteve 55,8 por cento dos votos, enquanto Ferreira do Amaral se ficou pelos 34,5 por cento. Acompanhado pela família e pelos mandatários nacionais, João Lobo Antunes, da Juventude, Luís Represas, Jorge Sampaio afirmou: «Agora, a nossa bandeira passa a ser a bandeira de Portugal. Vamos continuar a trabalhar pelo futuro de Portugal», disse, concluindo a sua curta intervenção, que foi seguida pelo entoar do hino nacional pelos presentes.

Relativamente ao seu novo mandato, Jorge Sampaio considera que ele vai ser dedicado à procura de novas respostas para as novas questões que se colocam aos portugueses, depois de deixar bem claro que será «fiel aos compromissos que os portugueses deram para os próximos cinco anos». Segundo o chefe de Estado, a sua candidatura, tendo como característica a diversidade nos apoios recebidos, conseguiu-se impor «em todas as regiões do País e em todas as faixas etárias» da sociedade portuguesa. «Foi uma vitória democrática por Portugal», referiu.

Também o primeiro-ministro, António Guterres, esteve presente nesta grande festa para felicitar o Presidente da República reeleito. O chefe do Governo considerou que os resultados das eleições para a Presidência da República traduziram «uma vontade inequívoca de estabilidade política» por parte dos portugueses. Para António Guterres, os resultados «foram acima de tudo uma vitória pessoal» do actual chefe de Estado. «Apoiado por uma única força política — o Partido Socialista —, este resultado provou que Jorge Sampaio soube granjear o respeito e a admiração dos portugueses», declarou Guterres, antes de deixar bem claro a sua esperança de que o segundo mandato presidencial do Presidente da República «corresponda ao seu exemplar primeiro mandato».

Já Jorge Coelho, secretário-coordenador do PS, em conferência de Imprensa, na segunda-feira, analisando os resultados eleitorais, congratulou-se «com o esforço dos militantes do PS, que tudo fizeram para que Jorge Sampaio tivesse o melhor resultado possível. Temos muito orgulho por o PS ter sido o único partido que, em bloco, apoiou Jorge Sampaio». Ainda na sua análise aos resultados verificados nas eleições do passado domingo, Jorge Coelho considerou que «a direita teve a maior derrota de sempre em eleições em Portugal» e que os eleitores portugueses deram «sinais de quererem a estabilidade política e que as instituições democráticas funcionem no País».



ESTALINISTAS, FUTUROS PÓS-MODERNISTAS, NEOLIBERAIS E MULTINACIONAIS

Vivíamos num mundo marcado pela guerra-fria, não havia globalização, alguns pós-modernistas de agora eram estalinistas, não havia Terceira Via, a nova direita (Reagan, Thatcher) defendia as virtualidades do ultraliberalismo, o Governo da AD agonizava, aproximavam-se as eleições autárquicas, estávamos em 1983 e a edição de 20 de Janeiro do PS dava destaque nas suas páginas a estes e outros temas.

Na actualidade política, o tema central era a crise do Governo AD e a oposição do PS, que preparava uma alternativa de progresso e justiça social, capaz de arrancar o País da grave crise económica e social em que se encontrava mergulhado.

«O País à espera de eleições antecipadas», era a manchete a duas colunas da primeira página.

Como habitualmente nas páginas do «AS» era dada bastante informação sobre as iniciativas promovidas pelas Secções, Núcleos e Federações do PS.

J. C. C. B.

20 de Janeiro

Quem disse?

«É necessário redimensionar o sindicalismo para enfrentar o poder das multinacionais»
Federação Internacional dos Sindicatos de Energia e Química



Açores Seis milhões para rede de abate

O Governo açoriano vai investir nos próximos anos seis milhões de contos (30 milhões de euros) na melhoria da rede de abate do arquipélago, anunciou, no dia 12, o secretário regional da Agricultura.

Ricardo Rodrigues, que falava em Ponta Delgada durante a assinatura dos contratos para as obras de construção dos matadouros das ilhas de São Jorge e Graciosa, considerou tratar-se de um «significativo esforço de investimento público» destinado ao desenvolvimento do sector da carne na região.

O governante anunciou ainda que o novo matadouro de Ponta Delgada, com uma capacidade para abater 240 bovinos por dia, estará em total funcionamento em Fevereiro.

O Governo Regional aguarda, por outro lado, a aprovação do Plano e Orçamento/2001 para avançar com as obras de construção dos matadouros de Santa Maria, Lajes do Pico e Terceira, enquanto a segunda fase da unidade de abate da ilha das Flores se encontra em execução.



Os dois novos matadouros, cujas obras foram adjudicadas sexta-feira, representam um investimento global de cerca de 360 mil contos (1,8 milhões de euros), dos quais 200 mil (um milhão de euros) destinam-se ao de São Jorge e 160 mil (800 mil euros) ao da Graciosa.

Governo dos Açores cria lugares para professores de educação física

O secretário da Educação açoriano anunciou a criação de lugares no quadro das escolas do primeiro ciclo da região para professores de educação física.

Álamo Meneses, que se reuniu com os responsáveis pelos conselhos directivos das escolas do arquipélago, salientou que os Açores vão ser pioneiros nesta área, por forma a criar condições para que esta disciplina seja desenvolvida ao longo de todo o sistema educativo.

Segundo referiu, o concurso para a colocação de professores para o próximo ano lectivo abre a 27 deste mês, numa

antecipação que garante que todos os docentes estarão colocados no início do ano escolar.

Álamo Meneses disse ainda que as alterações curriculares, já avaliadas pelos estabelecimentos de ensino, vão proporcionar uma maior racionalização de tempos e a introdução de matérias e cargas horárias que sejam apelativas para os alunos.

Defendeu, também, a criação de um programa específico de acompanhamento para os alunos que não concluíam a escolaridade obrigatória até aos 15 anos.

Imigração: Empresas com imigrantes clandestinos podem legalizar-se

As empresas que contrataram ou pretendam contratar trabalhadores estrangeiros sem autorização de residência podem legalizar a sua situação junto das delegações e subdelegações do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT).

Com a entrada em vigor da nova Lei da Imigração, também os trabalhadores imigrantes sem autorização de residência se devem dirigir às delegações da IDICT da área onde se situa a sede da empresa. Em comunicado, a Inspeção-Geral de Trabalho (IGT) refere que para a regulamentação das relações de trabalho e de segurança social para a emissão de uma autorização de permanência é necessário, entre outros documentos, o

contrato de trabalho ou proposta de contrato de trabalho ou ainda a comunicação da celebração de contrato de trabalho.

A nova legislação inclui alterações a um decreto-lei de Agosto de 1998 e contempla o novo regime jurídico sobre a entrada, permanência, saída e afastamento dos imigrantes que se encontram já a trabalhar em Portugal em situação irregular.

Além de penas de prisão para o crime de angariação de mão-de-obra ilegal, prevê também coimas de 300 a 4900 contos (consoante a dimensão das empresas) para as entidades patronais que empreguem cidadãos estrangeiros em situação ilegal.

SAMPAIO ALCANÇA VITÓRIA MUITO SIGNIFICATIVA

Jorge Sampaio foi reeleito domingo para mais um mandato de cinco anos na Presidência da República. O candidato do Partido Socialista venceu em quase todos os distritos do país, incluindo a Madeira e Viseu, e deixou o candidato da direita a longa distância. Jorge Sampaio obteve 55,8 por cento dos votos, enquanto Ferreira do Amaral se ficou pelos 34,5 por cento. Em relação ao candidato da direita, que averbou a sua maior derrota de sempre, Sampaio superou-o por cerca de um milhão de votos. Na hora da vitória, o Presidente da República não hesitou em mostrar preocupação pelos elevados índices da abstenção, que se situou na casa dos 49 por cento, razão pela qual decidiu dar absoluta prioridade à reforma do sistema político. Outro ponto de preocupação do chefe de Estado será o combate à Sida. O secretário-geral do Partido Socialista felicitou Jorge Sampaio pela sua significativa vitória. Visivelmente satisfeito com o resultado, António Guterres comentou que os portugueses deram um sinal importante de que querem estabilidade política em Portugal. Já o secretário-coordenador do partido, Jorge Coelho, apontou que a estratégia de Durão Barroso falhou com os resultados de domingo passado. «O tiro do PSD saiu pela culatra», denunciou.

O Presidente da República reeleito, Jorge Sampaio, é empossado no próximo dia 9 de Março para mais um mandato de cinco anos. Nos termos da Constituição, o Presidente da República toma posse perante a Assembleia da República e a cerimónia efectua-se no último dia do mandato do chefe de Estado cessante. No domingo, perante muitas pessoas que faziam a festa pela brilhante vitória alcançada por Jorge Sampaio, que bate o candidato da direita por cerca de um milhão de votos, o candidato do PS agradeceu o apoio recebido. «Tal como há cinco anos, é um prazer tê-los aqui e estar aqui neste momento», disse o chefe de Estado reeleito, recordando a noite da vitória sobre Cavaco Silva, em 1996, que também foi comemorada no Hotel Altis. Acompanhado pela família e pelos mandatários nacional, João Lobo Antunes, e da Juventude, Luís Represas, Jorge Sampaio afirmou: «Agora, a nossa bandeira



passa a ser a bandeira de Portugal. Vamos continuar a trabalhar pelo futuro de Portugal», concluindo a sua curta intervenção, que foi seguida pelo entoar do hino nacional pelos presentes.

Antes, na conferência de Imprensa, o Presidente da República reeleito declarou-se «feliz» ao fazer o balanço da sua vida política. «Com a minha idade e a experiência política, em cinco campanhas ganhei quatro e perdi uma, nas condições que são conhecidas. Gostei, com a minha idade e com a minha experiência política, de fazer este balanço», afirmou Jorge Sampaio.

De acordo com o Presidente da República, o seu segundo mandato vai ser dedicado à procura de novas respostas para as novas questões que se colocam aos portugueses, depois de deixar bem claro que será «fiel aos compromissos que os portugueses deram para os próximos cinco anos». Segundo o chefe de Estado, a sua candidatura, tendo como característica a diversidade nos apoios recebidos, conseguiu-se impor «em todas as regiões do País e em todas as faixas etárias» da sociedade portuguesa. «Foi uma vitória democrática por Portugal», referiu. Momentos antes destas palavras, já Jorge Sampaio havia sublinhado o seu dever de cooperação institucional e o direito à crítica,

que existe, «mas que é para ser usado com moderação», relativamente ao Governo. «Eu confio nas instituições e confio nos portugueses. Há uma enorme diferença entre o que se ouve e os que os portugueses sentem», declarou. «O Presidente da República tem que saber interpretar a cada momento o sentimento geral do País», explicou.

Abstenção é problema de todos

Referindo-se aos elevados índices de abstenção, Jorge Sampaio sustentou que «o problema é de todos» e defendeu uma reforma global do sistema político, que disse ser um trabalho para uma geração. No entanto, desvalorizou os efeitos da abstenção. «Na minha última eleição, quero comemorar aquilo que é uma vitória incontestável», acentuou. Interrogado sobre as características do seu segundo mandato, nomeadamente se protagonizará uma maior intervenção, à semelhança de chefes de Estado anteriores, o candidato do PS respondeu que a questão «não é de intervenção, mas de conjuntura. A conjuntura pode mudar, porque não é uma questão de temperatura. Serei o mesmo». Mal foram conhecidos os resultados que apontavam para uma vitória inequívoca de

Jorge Sampaio, o secretário-geral do PS deslocou-se ao Hotel Altis para felicitar o Presidente da República reeleito. O primeiro-ministro considerou que os resultados das eleições para a Presidência da República traduziram «uma vontade inequívoca de estabilidade política» por parte dos portugueses. Em declarações aos jornalistas, depois de ter abraçado Jorge Sampaio, António Guterres começou por afirmar que os resultados «foram acima de tudo uma vitória pessoal» do actual chefe de Estado. «Apoiado por uma única força política – o Partido Socialista –, este resultado provou que Jorge Sampaio soube granjear o respeito e a admiração dos portugueses», declarou o primeiro-ministro, antes de deixar bem claro a sua esperança de que o segundo mandato presidencial do Presidente da República «corresponda ao seu exemplar primeiro mandato».

Interrogado sobre os elevados níveis de abstenção, o líder do PS justificou o fenómeno pela existência «de um vencedor antecipado. No entanto, temos de olhar para o fenómeno da abstenção não apenas por estas eleições, mas pelo conjunto dos últimos actos eleitorais», referiu. De acordo com o secretário-geral do PS, «a vida política portuguesa tende a concentrar-se em pequenas questões e



não nos temas que interessam aos eleitores. Para inverter esta tendência negativa, aliás registada em toda a Europa, a abstenção terá de ser encarada como um problema de todos, Presidente da República, Governo, partidos, também da comunicação social», acrescentou, observando, ainda, que no acto eleitoral do passado domingo a direita «teve o seu pior resultado de sempre».

Também no Hotel Altis, o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, afirmou ser «impensável que o Presidente da República deixe de ser directamente eleito pelo povo». No entanto, numa alusão aos índices de abstenção, comentou: «Se eu soubesse antecipadamente o resultados do Benfica contra o Sporting, não ia lá ver o jogo». Almeida Santos, que assumiu não saber se a abstenção «tira ou não sabor à vitória», afirmou esperar que o segundo mandato de Jorge Sampaio seja, «pelo menos, tão bom como o primeiro».

Direita: a grande derrotada

Já na segunda-feira, o PS, pela voz do seu secretário-coordenado, o camarada Jorge Coelho, manifestou «plena confiança» de que o segundo mandato presidencial de Jorge Sampaio seja idêntico ao seu primeiro e apontou a direita como a grande derrotada das eleições de domingo. Em conferência de Imprensa, o camarada Jorge Coelho começou por lembrar «a aposta decisiva que o PS fez na primeira eleição de Jorge Sampaio para o cargo de chefe de Estado, afirmando depois a convicção de que o Presidente da República «manterá o estilo de isenção» que tem caracterizado a sua acção desde 1996 no Palácio de Belém. «Sabemos que Jorge Sampaio irá manter a sua isenção,

independentemente de admitir que nos próximos cinco anos o Presidente da República nem sempre possa estar de acordo com o PS», disse.

Comentando os resultados das últimas eleições para a Presidência da República, Jorge Coelho declarou que se tratou, «acima de tudo, de uma vitória pessoal de Jorge Sampaio», até porque seria «demagogia dizer que os 55 por cento dos votos que obteve são do PS».

No entanto, o secretário-coordenado do PS não deixou de especificar o contributo que teve o partido na reeleição do chefe de Estado, sobretudo quando se congratulou «com o esforço dos militantes do PS, que tudo fizeram para que Jorge Sampaio tivesse o melhor resultado possível. Temos muito orgulho por o PS ter sido o único partido que, em bloco, apoiou Jorge Sampaio», frisou ainda o ministro de Estado e do Equipamento Social. Ainda na sua análise aos resultados verificados nas eleições do passado domingo, Jorge Coelho considerou que «a direita teve a maior derrota de sempre em eleições em Portugal» e que os eleitores portugueses deram «sinais de quererem a estabilidade política e que as instituições democráticas funcionem no país».

Como explicou o secretário-coordenado do PS, houve uma sistemática campanha do presidente e do candidato do PSD para transmitirem a falsa ideia de que Jorge Sampaio era o candidato do Governo e do PS. «Foi uma estratégia pouco avisada, porque agora saiu-lhes o tiro pela culatra», referiu o camarada Jorge Coelho, antes de se considerar «satisfeitíssimo» com a reeleição de Jorge Sampaio. Na sua opinião, «ficou à vista de todos que a direita não conseguiu criar uma alternativa sólida (a Jorge Sampaio), depois de Cavaco Silva, Pinto Balsemão, Freitas do Amaral e Proença de Carvalho se terem chegado à

frente na corrida presidencial», mas «acabando todos por desistir».

Nova dinâmica ao PS

Tal como Jorge Sampaio e António Guterres afirmaram na noite eleitoral de domingo, também Jorge Coelho defendeu a tese de que a abstenção «é um problema global», inclusivamente da comunicação social, que «apenas poderá ser ultrapassado por todos». Pela parte do PS, sustentou que uma das soluções passará pela reforma do sistema político, de forma a aproximar mais os eleitos dos eleitores. Na sexta-feira, o PS reúne a sua Comissão Política Nacional, que fará uma proposta para a realização do Congresso. Essa proposta será depois ratificada pela Comissão Nacional do PS, numa reunião agendada para sábado.

Também num comentário aos resultados das eleições de domingo, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, disse que a reeleição de Jorge Sampaio para a Presidência da República poderá contribuir para se criar em Portugal um ambiente ainda mais favorável ao PS. «A vitória clara do candidato apoiado pelos socialistas cria um ambiente favorável e, nessa condição, poderá contribuir para dar uma nova dinâmica ao PS, apesar de o Presidente da República agir com independência e isenção», afirmou. Instado a comentar se as presidenciais de domingo poderão influenciar o desempenho do PS nas eleições autárquicas, Francisco Assis salientou que «o resultado provou que existe um ambiente no país que parece ser favorável às orientações e valores do socialismo democrático e do centro-esquerda. A vitória de Jorge Sampaio insere-se nessa realidade», disse.

Já o Presidente do Governo Regional dos Açores, camarada Carlos César, destacou

a influência que Jorge Sampaio terá para o arquipélago nos próximos anos, quando vários desafios se colocarem à sustentação da autonomia. Ao salientar que o candidato do PS obteve nas ilhas o resultado mais expressivo do país, Carlos César referiu que, numa altura em se prepara a revisão da Lei das Finanças Locais das Regiões Autónomas, o Presidente da República tem de ser «um facto de influência e de confluência» nesta matéria. A revisão da Lei Eleitoral da região, no âmbito do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, terá também, «necessariamente, uma intervenção», de Jorge Sampaio, adiantou Carlos César. O líder dos socialistas açorianos salientou, ainda, que o resultado obtido no arquipélago por Jorge Sampaio demonstra «o apreço que os açorianos têm pela sua personalidade e desempenho» nos últimos cinco anos.

Xanana felicita Sampaio

O vice-presidente da Assembleia da República, o camarada, Manuel Alegre, responsabilizou o PSD e o PP pela elevada taxa de abstenção verificada nas eleições para a Presidência da República e saudou Ferreira do Amaral «por não ter fugido» ao combate eleitoral com Jorge Sampaio. Manuel Alegre acusou a direita de ter procurado sistematicamente desvalorizar as eleições presidenciais. «Os verdadeiros e principais candidatos da direita desertaram, porque sabiam que perdiam com Jorge Sampaio, que alcançou uma vitória muito significativa», sustentou Manuel Alegre.

Manuel Alegre denunciou ainda que «a direita enganou-se quando andou a anunciar uma taxa de abstenção catastrófica. Isso, felizmente, não se passou», declarou. Para Manuel Alegre, a estratégia de médio prazo das forças de direita «visa acabar com a eleição do Presidente da República por sufrágio directo e universal. Mas isso nunca acontecerá. Humberto Delgado deu a vida para que os portugueses pudessem escolher o seu Presidente por voto directo e universal», recordou o deputado do PS de Coimbra, para quem os portugueses, «uma vez mais, mostraram que gostam de eleger» o seu chefe de Estado.

Entre muitas mensagens de felicitações pela sua reeleição, de destacar que o líder timorense, Xanana Gusmão, saudou Jorge Sampaio, convidando-o a visitar o território por altura da independência. «Como velho amigo e em nome do povo de Timor-Leste quero dar-lhe os parabéns e os votos de muito sucesso neste seu segundo mandato», desejou o presidente do Conselho Nacional de Resistência Timorense. Xanana Gusmão recordou «todo o carinho, atenção e esforço» manifestados por Jorge Sampaio relativamente a Timor-Leste. «Espero que possa vir cá por altura da independência», referiu.

Outra mensagem significativa chegou do chefe do Governo espanhol, José María Aznar, que felicitou o Presidente da República pela sua reeleição para mais um mandato de cinco anos. O primeiro-ministro de Espanha renovou igualmente a Jorge Sampaio a continuação das tradicionais boas relações e amizade entre os dois povos.

RESULTADOS PRESIDENCIAIS 2001

AVEIRO

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 208 |
| Por apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|----------------------|---------------|--------------|
| JORGE SAMPAIO | 149301 | 51,16 |
| FERREIRA AMARAL | 125306 | 42,93 |
| FERNANDO ROSAS | 6942 | 2,38 |
| ANTONIO ABREU | 6240 | 2,14 |
| GARCIA PEREIRA | 4068 | 1,39 |
| | | |
| Inscritos | 578234 | % |
| Votantes | 300448 | 51,96 |
| Abstenção | 277786 | 48,04 |
| Branco | 5824 | 1,94 |
| Nulos | 2767 | 0,92 |
| Votos válidos | 291857 | |

BEJA

| | |
|---------------------|----|
| Freguesias apuradas | 98 |
| Por apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|----------------------|--------------|--------------|
| JORGE SAMPAIO | 41180 | 62,16 |
| ANTONIO ABREU | 11979 | 18,08 |
| FERREIRA AMARAL | 9988 | 15,08 |
| FERNANDO ROSAS | 2287 | 3,45 |
| GARCIA PEREIRA | 814 | 1,23 |
| | | |
| Inscritos | 143956 | % |
| Votantes | 67835 | 47,12 |
| Abstenção | 76121 | 52,88 |
| Branco | 965 | 1,42 |
| Nulos | 622 | 0,92 |
| Votos válidos | 66248 | |

BRAGA

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 513 |
| Por apurar | 1 |

| Candidatos | Votos | % |
|----------------------|---------------|--------------|
| JORGE SAMPAIO | 196574 | 54,78 |
| FERREIRA AMARAL | 137980 | 38,45 |
| ANTONIO ABREU | 10361 | 2,89 |
| FERNANDO ROSAS | 8922 | 2,49 |
| GARCIA PEREIRA | 4997 | 1,39 |
| | | |
| Inscritos | 662867 | % |
| Votantes | 366521 | 55,29 |
| Abstenção | 296346 | 44,71 |
| Branco | 4863 | 1,33 |
| Nulos | 2824 | 0,77 |
| Votos válidos | 358834 | |

BRAGANÇA

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 298 |
| Por apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|------------------------|--------------|--------------|
| FERREIRA AMARAL | 30612 | 48,06 |
| JORGE SAMPAIO | 29514 | 46,33 |
| FERNANDO ROSAS | 1433 | 2,25 |
| ANTONIO ABREU | 1247 | 1,96 |
| GARCIA PEREIRA | 893 | 1,40 |
| | | |
| Inscritos | 150607 | % |
| Votantes | 65446 | 43,45 |
| Abstenção | 85161 | 56,55 |
| Branco | 922 | 1,41 |
| Nulos | 825 | 1,26 |
| Votos válidos | 63699 | |

CASTELO BRANCO

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 160 |
| Por apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|----------------------|--------------|--------------|
| JORGE SAMPAIO | 57888 | 58,89 |
| FERREIRA AMARAL | 33353 | 33,93 |
| ANTONIO ABREU | 3069 | 3,12 |
| FERNANDO ROSAS | 2698 | 2,74 |
| GARCIA PEREIRA | 1296 | 1,32 |
| | | |
| Inscritos | 192754 | % |
| Votantes | 101014 | 52,41 |
| Abstenção | 91740 | 47,59 |
| Branco | 1456 | 1,44 |
| Nulos | 1254 | 1,24 |
| Votos válidos | 98304 | |

COIMBRA

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 207 |
| Por apurar | 1 |

| Candidatos | Votos | % |
|----------------------|---------------|--------------|
| JORGE SAMPAIO | 107146 | 58,17 |
| FERREIRA AMARAL | 62427 | 33,89 |
| ANTONIO ABREU | 6506 | 3,53 |
| FERNANDO ROSAS | 5407 | 2,94 |
| GARCIA PEREIRA | 2713 | 1,47 |
| | | |
| Inscritos | 376995 | % |
| Votantes | 190221 | 50,46 |
| Abstenção | 186774 | 49,54 |
| Branco | 3924 | 2,06 |
| Nulos | 2098 | 1,10 |
| Votos válidos | 184199 | |

ÉVORA

| | |
|---------------------|----|
| Freguesias apuradas | 91 |
| Por apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|----------------------|--------------|--------------|
| JORGE SAMPAIO | 45182 | 62,00 |
| FERREIRA AMARAL | 14914 | 20,47 |
| ANTONIO ABREU | 9970 | 13,68 |
| FERNANDO ROSAS | 2080 | 2,85 |
| GARCIA PEREIRA | 724 | 0,99 |
| | | |
| Inscritos | 148421 | % |
| Votantes | 74622 | 50,28 |
| Abstenção | 73799 | 49,72 |
| Branco | 1126 | 1,51 |
| Nulos | 626 | 0,84 |
| Votos válidos | 72870 | |

FARO

| | |
|---------------------|----|
| Freguesias apuradas | 84 |
| Por Apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|----------------------|--------------|--------------|
| JORGE SAMPAIO | 86483 | 59,40 |
| FERREIRA AMARAL | 44471 | 30,54 |
| ANTONIO ABREU | 6415 | 4,41 |
| FERNANDO ROSAS | 5394 | 3,70 |
| GARCIA PEREIRA | 2834 | 1,95 |
| | | |
| Inscritos | 317640 | % |
| Votantes | 150806 | 47,48 |
| Abstenção | 166834 | 52,52 |
| Branco | 3348 | 2,22 |
| Nulos | 1861 | 1,23 |
| Votos válidos | 145597 | |

RESULTADOS PRESIDENCIAIS 2001

GUARDA

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 336 |
| Por Apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|--------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 40597 | 51,31 |
| FERREIRA AMARAL | 33617 | 42,49 |
| FERNANDO ROSAS | 1917 | 2,42 |
| ANTONIO ABREU | 1917 | 2,42 |
| GARCIA PEREIRA | 1067 | 1,35 |
| Inscritos | 170699 | % |
| Votantes | 81443 | 47,71 |
| Abstenção | 89256 | 52,29 |
| Branco | 1281 | 1,57 |
| Nulos | 1047 | 1,29 |
| Votos válidos | 79115 | |

LEIRIA

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 148 |
| Por Apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|--------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 90854 | 47,51 |
| FERREIRA AMARAL | 86805 | 45,40 |
| ANTONIO ABREU | 5860 | 3,06 |
| FERNANDO ROSAS | 5017 | 2,62 |
| GARCIA PEREIRA | 2679 | 1,40 |
| Inscritos | 379880 | % |
| Votantes | 197429 | 51,97 |
| Abstenção | 182451 | 48,03 |
| Branco | 4078 | 2,07 |
| Nulos | 2136 | 1,08 |
| Votos válidos | 191215 | |

LISBOA

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 222 |
| Por Apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|---------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 517379 | 56,49 |
| FERREIRA AMARAL | 285305 | 31,15 |
| ANTONIO ABREU | 61292 | 6,69 |
| FERNANDO ROSAS | 32817 | 3,58 |
| GARCIA PEREIRA | 19056 | 2,08 |
| Inscritos | 1833739 | % |
| Votantes | 947767 | 51,68 |
| Abstenção | 885972 | 48,32 |
| Branco | 20743 | 2,19 |
| Nulos | 11175 | 1,18 |
| Votos válidos | 915849 | |

PORTALEGRE

| | |
|---------------------|----|
| Freguesias apuradas | 86 |
| Por Apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|--------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 34956 | 62,79 |
| FERREIRA AMARAL | 13311 | 23,91 |
| ANTONIO ABREU | 5271 | 9,47 |
| FERNANDO ROSAS | 1453 | 2,61 |
| GARCIA PEREIRA | 679 | 1,22 |
| Inscritos | 111609 | % |
| Votantes | 57141 | 51,20 |
| Abstenção | 54468 | 48,80 |
| Branco | 983 | 1,72 |
| Nulos | 488 | 0,85 |
| Votos válidos | 55670 | |

PORTO

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 383 |
| Por Apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|---------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 428365 | 57,87 |
| FERREIRA AMARAL | 256752 | 34,69 |
| ANTONIO ABREU | 25411 | 3,43 |
| FERNANDO ROSAS | 19626 | 2,65 |
| GARCIA PEREIRA | 10058 | 1,36 |
| Inscritos | 1432541 | % |
| Votantes | 760647 | 53,10 |
| Abstenção | 671894 | 46,90 |
| Branco | 13830 | 1,82 |
| Nulos | 6605 | 0,87 |
| Votos válidos | 740212 | |

SANTARÉM

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 191 |
| Por Apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|--------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 113079 | 56,84 |
| FERREIRA AMARAL | 65258 | 32,80 |
| ANTONIO ABREU | 11344 | 5,70 |
| FERNANDO ROSAS | 6320 | 3,18 |
| GARCIA PEREIRA | 2959 | 1,49 |
| Inscritos | 390834 | % |
| Votantes | 205531 | 52,59 |
| Abstenção | 185303 | 47,41 |
| Branco | 4030 | 1,96 |
| Nulos | 2541 | 1,24 |
| Votos válidos | 198960 | |

SETÚBAL

| | |
|---------------------|----|
| Freguesias apuradas | 82 |
| Por Apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|--------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 190533 | 60,05 |
| FERREIRA AMARAL | 64500 | 20,33 |
| ANTONIO ABREU | 44451 | 14,01 |
| FERNANDO ROSAS | 12166 | 3,83 |
| GARCIA PEREIRA | 5647 | 1,78 |
| Inscritos | 654976 | % |
| Votantes | 327655 | 50,03 |
| Abstenção | 327321 | 49,97 |
| Branco | 6583 | 2,01 |
| Nulos | 3775 | 1,15 |
| Votos válidos | 317297 | |

VIANA DO CASTELO

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 290 |
| Por Apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|--------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 58235 | 52,63 |
| FERREIRA AMARAL | 44441 | 40,16 |
| ANTONIO ABREU | 3291 | 2,97 |
| FERNANDO ROSAS | 3172 | 2,87 |
| GARCIA PEREIRA | 1521 | 1,37 |
| Inscritos | 227477 | % |
| Votantes | 113458 | 49,88 |
| Abstenção | 114019 | 50,12 |
| Branco | 1719 | 1,52 |
| Nulos | 1079 | 0,95 |
| Votos válidos | 110660 | |

RESULTADOS PRESIDENCIAIS 2001

VILA REAL

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 265 |
| Por Apurar | 1 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|--------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 48024 | 48,44 |
| FERREIRA AMARAL | 45517 | 45,91 |
| FERNANDO ROSAS | 2342 | 2,36 |
| ANTONIO ABREU | 1954 | 1,97 |
| GARCIA PEREIRA | 1312 | 1,32 |
| Inscritos | 219247 | % |
| Votantes | 101632 | 46,36 |
| Abstenção | 117615 | 53,64 |
| Branco | 1377 | 1,35 |
| Nulos | 1106 | 1,09 |
| Votos válidos | 99149 | |

ISEU

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 369 |
| Por Apurar | 3 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|--------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 78984 | 48,67 |
| FERREIRA AMARAL | 74097 | 45,66 |
| FERNANDO ROSAS | 4066 | 2,51 |
| ANTONIO ABREU | 2974 | 1,83 |
| GARCIA PEREIRA | 2155 | 1,33 |
| Inscritos | 348297 | % |
| Votantes | 166750 | 47,88 |
| Abstenção | 181547 | 52,12 |
| Branco | 2666 | 1,60 |
| Nulos | 1808 | 1,08 |
| Votos válidos | 162276 | |

Presidenciais 2001

| Candidato | Votos | % |
|-----------------|---------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 2410393 | 55,76 |
| FERREIRA AMARAL | 1493352 | 34,54 |
| ANTONIO ABREU | 221886 | 5,13 |
| FERNANDO ROSAS | 128884 | 2,98 |
| GARCIA PEREIRA | 68540 | 1,59 |

REGIÃO AUTÓNOMA AÇORES

| | |
|---------------------|-----|
| Freguesias apuradas | 150 |
| Por Apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|--------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 43848 | 63,81 |
| FERREIRA AMARAL | 21378 | 31,11 |
| FERNANDO ROSAS | 1558 | 2,27 |
| GARCIA PEREIRA | 1092 | 1,59 |
| ANTONIO ABREU | 841 | 1,22 |
| Inscritos | 188122 | % |
| Votantes | 69946 | 37,18 |
| Abstenção | 118176 | 62,82 |
| Branco | 843 | 1,21 |
| Nulos | 386 | 0,55 |
| Votos válidos | 68717 | |

REGIÃO AUTÓNOMA MADEIRA

| | |
|---------------------|----|
| Freguesias apuradas | 54 |
| Por Apurar | 0 |

| Candidatos | Votos | % |
|-----------------|--------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 51837 | 51,01 |
| FERREIRA AMARAL | 43092 | 42,41 |
| FERNANDO ROSAS | 3237 | 3,19 |
| GARCIA PEREIRA | 1970 | 1,94 |
| ANTONIO ABREU | 1477 | 1,45 |
| Inscritos | 211467 | % |
| Votantes | 104169 | 49,26 |
| Abstenção | 107298 | 50,74 |
| Branco | 1257 | 1,21 |
| Nulos | 1299 | 1,25 |
| Votos válidos | 101613 | |

Presidenciais 1996

| Candidato | Votos | % |
|---------------|---------|-------|
| JORGE SAMPAIO | 3035726 | 53,83 |
| CAVACO SILVA | 2603737 | 46,17 |

Nota: Perc. calculada sobre votos validamente expressos (brancos e nulos excluídos)

Votação dos residentes no estrangeiro

| | Inscritos | Números de Conselhos Apurados e Postos Supl. | Votantes | Abstenção | Votos Válidos | Em Branco | Nulos | Garcia Pereira | Ferreira do Amaral | Fernando Rosas | António Abreu | Jorge Sampaio |
|-----------------------------|---------------|--|----------|-----------|---------------|-----------|-------|----------------|--------------------|----------------|---------------|---------------|
| Europa | 77793 | 21 | 5166 | 72627 | 5099 | 44 | 23 | 55 | 1217 | 101 | 363 | 3363 |
| | - | - | 6,64% | 93,36% | 6,55% | 0,06% | 0,03% | 1,1% | 23,9% | 2,0% | 7,1% | 66,0% |
| África | 7000 | 4 | 640 | 6360 | 634 | 4 | 2 | 5 | 445 | 11 | 3 | 170 |
| | - | - | 9,14% | 90,86% | 9,06% | 0,06% | 0,03% | 0,8% | 70,2% | 1,7% | 0,5% | 26,8% |
| América | 20258 | 9 | 2143 | 18115 | 2120 | 11 | 12 | 54 | 973 | 39 | 56 | 998 |
| | - | - | 10,58% | 89,42% | 10,47% | 0,05% | 0,06% | 2,5% | 45,9% | 1,8% | 2,6% | 47,1% |
| Ásia e Oceânia | 12837 | 2 | 1136 | 11701 | 1085 | 46 | 5 | 33 | 256 | 32 | 14 | 750 |
| | - | - | 8,85% | 91,15% | 8,45% | 0,36% | 0,04% | 3,0% | 23,6% | 2,9% | 1,3% | 69,1% |
| Fora da Europa | 40095 | 15 | 3919 | 36176 | 3839 | 61 | 19 | 92 | 1674 | 82 | 73 | 1918 |
| | - | - | 9,77% | 90,23% | 9,57% | 0,15% | 0,05% | 2,4% | 43,6% | 2,1% | 1,9% | 50,0% |
| Total | 117888 | 36 | 9085 | 108803 | 8938 | 105 | 42 | 147 | 2891 | 183 | 436 | 5281 |
| | - | - | 7,71% | 92,29% | 7,58% | 0,09% | 0,04% | 1,6% | 32,3% | 2,0% | 4,9% | 59,1% |
| Total Europa | 101774 | | | | | | | | | | | |
| Total Fora da Europa | 85058 | | | | | | | | | | | |

APROVADAS MEDIDAS PARA ENFRENTAR DANOS E PREJUÍZOS

O Executivo socialista, na reunião que decorreu, no dia 11, na Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, solidarizou-se com as populações afectadas pelo mau tempo que assolou o País e aprovou uma resolução que contempla as medidas necessárias para acorrer aos danos e prejuízos de maior relevo causados pelas intempéries recentes.

Entre as medidas aprovadas está a promoção imediata da reparação de equipamentos infra-estruturas e instalações públicas geridas pela Administração Central, nomeadamente vias de comunicação, portos, equipamentos hidráulicos de protecção de costa e contenção de cheias, e muralha de Santarém.

Para esse efeito serão mobilizados cerca de cinco milhões de contos para a rede viária, um milhão de contos para os portos e dois milhões de contos para os caminhos de ferro. Já foram despendidos cerca de 800 mil contos para equipamentos hidráulicos de protecção de costa e contenção de cheias. Projecta-se igualmente a criação de uma comissão técnica interministerial, que envolverá entre outros o Serviço Nacional de Protecção Civil, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, para avaliar os riscos e propor as medidas respeitantes à consolidação da escarpa de Santarém.

Criar uma linha de crédito de até dez milhões de contos, bonificado em três por cento, para a reparação de equipamentos municipais de relevante interesse público e para grandes reparações de habitações próprias de particulares; dar orientações ao ministro da Administração Interna para accionar a conta especial de emergência para acorrer a danos de particulares decorrentes de acidente grave ou de situação equiparada, nos casos de manifesta carência de recursos dos lesados;



e determinar aos diferentes departamentos da Administração Central que identifiquem danos sectoriais relevantes e mobilizem os meios adequados a uma resposta atempada no âmbito das respectivas competências são outras das iniciativas previstas.

No âmbito destas medidas, aprovou-se um decreto-lei que cria um regime excepcional para a execução, em regime de empreitada, das obras necessárias à reparação das estradas nacionais, sob jurisdição do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR), especialmente afectadas pelas condições climáticas adversas deste inverno.

Recorde-se que as condições climáticas verificadas ao longo do último Inverno provocaram danos graves e desgaste, além do usualmente previsto, num número significativo de estradas nacionais sob

jurisdição do ICERR, prejudicando, em alguns casos, as comunicações de pessoas e bens.

Assim, e após levantamento da rede afectada, o Executivo socialista determinou que se procedesse à execução de um plano de intervenção eficaz que devolvesse à normalidade a referida rede, com recurso a medidas de excepção.

Até 30 de Abril de 2001, o ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária fica excepcionalmente autorizado a proceder, ao ajuste directo de trabalhos cuja estimativa de custo global, não considerando o IVA, seja inferior a 250 mil contos, mediante consulta obrigatória, pelo menos, cinco entidades, para execução das referidas obras de reparação da rede viária.

De acordo com a último levantamento distrital feito pelas várias Direcções de Estradas do ICERR, a estimativa global com este tipo de obras ascende a cerca de cinco milhões de contos.

CONSELHO MINISTROS

11 de Janeiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que contempla as medidas necessárias para acorrer aos danos e prejuízos de maior relevo causados pelas intempéries recentes;
- Um decreto-lei que cria um regime excepcional para a execução, em regime de empreitada, das obras necessárias à reparação das estradas nacionais, sob jurisdição do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR), especialmente afectadas pelas condições climáticas adversas deste inverno;
- Um decreto-lei que aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal;
- Uma resolução que prorroga, por um ano, o mandato da equipa de missão criada, na dependência do ministro da Administração Interna, com o objectivo de implementar e aplicar o projecto Inovar;
- Um diploma que altera a redacção do artigo 11º do decreto-lei que disciplina a entrega para exploração de terras nacionalizadas ou expropriadas;
- Uma proposta de lei que altera o Estatuto da Ordem dos Advogados;
- Um decreto-lei que estabelece normas de execução do Orçamento do Estado para 2001;
- Um decreto-lei que aprova as condições especiais de aposentação para o pessoal dos Serviços de Apoio do Tribunal de Contas;
- Um decreto-lei que adita um novo número ao artigo 17º do Código da Publicidade;
- Um diploma que adita novas substâncias às tabelas anexas ao decreto-lei que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;
- Um decreto-lei que aprova as listas de substâncias que são admitidas na composição dos produtos cosméticos e de higiene corporal;
- Uma resolução que substitui o vogal da Comissão para revisão da situação de militares na reserva ou na reforma a que se refere o artigo 5º da lei n.º 43/99, de 11 de Junho, coronel Fernando Xavier Alves Romão, pelo coronel Vítor Manuel de Almeida Rodrigues da Silva;
- Uma resolução que nomeia José Alberto Pinheiro Rifes vogal executivo do Conselho de Administração do Instituto para a Construção Rodoviária – ICOR;
- Uma resolução que exonera Artur Pato Mendes de Magalhães do cargo de vogal executivo do Conselho de Administração do Instituto para a Construção Rodoviária – ICOR;
- Uma resolução que prorroga a nomeação de Maximiano Alberto Rodrigues até ao encerramento das contas e apresentação do relatório final do PEDIP II, previstos nas disposições nacionais e comunitárias, por um período máximo de um ano.



PELO PAÍS

Governação Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira, considerou «especulativo» o título – «Meio milhão de eleitores fantasma» – de uma reportagem da recente edição da revista «Visão».

Incluindo esta reportagem excertos de uma entrevista com o secretário de Estado, o gabinete deste distribuiu, no dia 11, «para completo esclarecimento do público» o texto integral das respostas dadas por Rui Pereira. Mesmo «em países com velhas democracias e recenseamentos informatizados a chamada abstenção técnica cifra-se quase sempre acima dos cinco por cento», refere o texto. Relativamente ao processo de atualização extraordinária do recenseamento eleitoral desencadeado em 1998, Rui Pereira recorda a criação da base de dados central das inscrições, o expurgo de cerca de meio milhão de inscrições indevidas e a aprovação da nova lei do recenseamento eleitoral.

«A existência de algum empolamento no recenseamento eleitoral, julgamos que se deve a dois factores fundamentais: a existência de óbitos por eliminar e a inscrição em território nacional de muitos eleitores efectivamente residentes no estrangeiro (emigrantes)», refere ainda.

Os ministérios da Administração Interna e da Justiça «estão a fazer um esforço retrospectivo de actualização que no primeiro caso vai dando os seus frutos», acrescenta Rui Pereira.

«Quanto ao outro factor, dificilmente se poderá resolver a curto ou médio prazo», adianta.

Quanto à existência de cerca de 6 600 eleitores com mais de 105 anos, Rui Pereira garante que isso resulta de muitas comissões de recenseamento apenas fornecerem o nome e número de inscrição dos eleitores e do facto de não ser possível eliminar nomes sem documento oficial que o determine.

AGRICULTURA

A Associação de Produtores de Tomate homenageou, no dia 16, o primeiro-ministro e o ministro da Agricultura pelos resultados obtidos nas negociações das quotas de tomate.



A associação ofereceu um almoço aos dois governantes no Clube dos Empresários, no qual intervieram, além de Guterres e Capoulas Santos, o presidente da APT, Martim Stitwell.

Os resultados obtidos na negociação das referidas quotas foram fortemente influenciados pela Presidência Portuguesa da UE, tendo ainda beneficiado da conjugação de esforços entre o Governo e as agremiações do sector.

CULTURA

O ministro da Cultura, José Sasportes, prometeu estudar, no dia 12, a candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura para os anos 2006 ou 2007.

Na opinião do governante, que não recusou a ideia, haverá que analisar a proposta camarária para depois avaliar as reais possibilidades da cidade conseguir organizar uma Capital Europeia da Cultura.

«Independentemente do projecto, apresentei hoje ao presidente da Câmara um novo projecto de Desenvolvimento Cultural das Cidades que o Ministério vai lançar», salientou.

O titular da pasta da Cultura falava aos jornalistas no final da visita que efectuou, sexta-feira, a Braga e que incluiu um almoço de trabalho com o presidente da Câmara, Mesquita Machado e com o reitor e o vice-reitor da Universidade, respectivamente Chainho Pereira e Aguiar e Silva.

José Sasportes adiantou que as cidades como Braga podem aproveitar o projecto de desenvolvimento cultural a lançar pelo Ministério da Cultura, que envolverá não só os municípios como as universidades, os agentes culturais e as forças vivas.

Sublinhou que o programa permitirá o incremento da actividade artística em várias cidades, contribuindo, também, para a criação e a fixação de novos públicos.

O presidente da Câmara, Mesquita Machado, disse à Imprensa que o município não desistiu de avançar com uma candidatura a capital Europeia da Cultura, em 2006 ou nos anos seguintes, e sublinhou que Braga está a desenvolver estruturas e entidades culturais capazes de realizar um tal evento.

ECONOMIA

A presença, em Frankfurt, de 92 empresas portuguesas na Heimtextil, maior feira internacional do sector têxtil, «permitted reafirmar a capacidade exportadora das empresas portuguesas que operam no sector», segundo Mário Cristina de Sousa, ministro da Economia.

Para o governante, a feira permitiu também o desenvolvimento da ideia de Portugal enquanto «país parceiro».

Enquanto falava, no dia 11, durante o certame, o responsável da pasta da Economia adiantou que essa reafirmação deve-se essencialmente a critérios que se prendem com níveis de qualidade em detrimento do factor preço.

O próximo desafio, segundo Mário Cristina de Sousa «será impulsionar o surgimento de marcas portuguesas».

O sector têxtil é responsável por cerca de 20 por cento das exportações globais nacionais, constituindo o maior sector industrial: 8400 mil empresas empregam 235 mil trabalhadores, o que representa 27 por cento do emprego na indústria transformadora e 14 por cento do VAB.

Portugal é um exportador médio – entre um a 2,5 por cento da exportação mundial – e o sétimo produtor comunitário, contribuindo para quatro por cento do valor acrescentado da União Europeia.



O subsector têxteis-lar representa 16 por cento das exportações do sector e 3,24 por cento do total das exportações. Portugal é terceiro no ranking de exportações.

O destino principais das exportações nacionais de têxteis-lar são a União Europeia (65 por cento) e EUA (30 por cento).

ENSINO SUPERIOR

A fórmula de financiamento das instituições de ensino superior vai ser alterada, passando a atender aos resultados e à qualidade das universidades e politécnicos e não só ao número de alunos.



O secretário de Estado do Ensino Superior é claro quanto aos motivos que estão por trás da decisão de mudar a fórmula que dá às instituições mais ou menos dinheiro: «É preciso premiar a qualidade».

Em declarações à Imprensa, José Reis considerou que existe actualmente «um automatismo estrito baseado no número de estudantes que entram nas instituições em cada ano».

Quer isto dizer que universidades e politécnicos com elevadas taxas de insucesso escolar, em que os alunos lá ficam retidos mais anos, acabam por receber mais dinheiro relativamente às instituições com sucesso e, portanto, com menor número de alunos.

«É um ponto que tem de ser calibrado»,

admite José Reis. Por esta razão, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) vão ser chamados a pronunciar-se sobre esta matéria.

Os resultados desta discussão poderão já reflectir-se no Orçamento de Estado para 2002.

O governante faz questão de frisar que em causa não está a alteração da Lei de Financiamento do Ensino Superior, já que esta «tem funcionado», dotando o ensino superior de dinheiros públicos que o colocaram num patamar «adequado de funcionamento».

PRESIDÊNCIA

O Executivo «fez mais no último ano e meio do que tinha sido feito nos dez anos anteriores» para actualizar os cadernos eleitorais, disse, no dia 11, em Lisboa, Oliveira Martins ao ser questionado sobre uma reportagem da «Visão».



Embora considerando exagerado o número de eleitores fantasma avançado pela «Visão» (meio milhão), o ministro da Presidência observou que se a reportagem tivesse sido feita antes da acção desencadeada pelos governos do PS falar-se-ia «em mais de um milhão de pessoas nesta situação».

«Tem havido uma intervenção como nunca antes tinha ocorrido relativamente à regularização dos cadernos eleitorais», acentuou o governante, que falava aos jornalistas no final do Conselho de Ministros. «Todos os estudos demonstram a fiabilidade total das eleições em Portugal», afirmou.

O ministro considerou que nesta matéria «a perfeição não existe» e que apesar de todos os esforços (que prosseguem) do Governo com vista à actualização dos cadernos, «alguma discrepância com a realidade do universo eleitoral haverá de existir sempre». Há problemas técnicos, nomeadamente relacionados com pessoas que se ausentam, que estão fora, os quais é muito difícil extirpar a 100 por cento, mas, a realidade é que a situação melhorou muito em relação à que existia antes, explicou ainda.

«Foi este Governo que entendeu dever proceder à regularização dos cadernos eleitorais, uma coisa que estava constatada por todos, mas que antes não tinha sido feita», disse ainda.

TIMOR-LESTE

Xanana na RDP

OS DIAS DA RÁDIO DE UM ANTIGO GUERRILHEIRO

A situação política em Timor-Leste foi o tema central de uma crónica de Xanana Gusmão que inaugurou um segmento semanal da sua autoria, a ser transmitido todos os domingos pelo programa Timor Lorosae da RDP.

Intitulada «Pensamentos de um antigo guerrilheiro», a crónica semanal é gravada em Díli e depois transmitida para o território, entre as 16 e as 19 horas (hora local) através da rede de onda média da Rádio Timor Kmanek, que transporta o sinal da RDP.

Na sua primeira intervenção no programa, que foi feito em português e tetum, Xanana Gusmão retoma os ataques e os apelos aos partidos políticos que continuam dominados pela «ânsia do poder» no território. Recordando que o processo político «é um dos pilares para a independência» de Timor-Leste, o dirigente timorense relembra que a unidade que existiu no combate ao invasor indonésio foi substituída por uma situação onde «as diferenças começam a vir à tona».

Rejeitando a noção de que independência «é ter a constituição, a bandeira e o governo», o dirigente timorense considerou



essencial não se «menosprezar a complexidade» do processo de transição. «Às vezes, sinto que existem pessoas que já se consideram capazes de perceber tudo, de fazer tudo, minimizando assim a posição de Timor-Leste na própria área e a necessidade de certa dependência dos

factores externos que devem orientar Timor a ser o menos dependente possível neste processo de independência», referiu. Para Xanana Gusmão, a actual situação política é tanto afectada pela falta de uma análise correcta por parte dos partidos «sobre o seu papel e a sua obrigação no processo inicial da independência», como pela falta de «preparação da população para assimilar um processo novo na sua totalidade».

«A corrida ao poder deve ser refreada pela análise da situação socioeconómica e política da população», considerou.

Ainda assim, Xanana Gusmão considera ser essencial garantir melhorias nas condições de vida da população que só «com a barriga cheia pode participar plenamente no processo político».

«Com a barriga vazia, com doentes talvez o processo político venha a ser um processo político aparentemente democrático, falso. Não percebo de política mas penso que política é sobretudo tentar oferecer alternativas à população para melhorar as suas condições», sublinhou. Durante a intervenção, Xanana Gusmão voltou a referir-se ao papel do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) no actual processo e ao trabalho de «limpar o caminho, tirar as pedras e os espinhos» para que os partidos se afirmem no futuro.

«Há algo de errado na percepção de alguns líderes políticos que pensam que o CNRT está a matar a vida dos partidos políticos. Pensam que o CNRT não dá margem para que eles se afirmem e isto é errado», referiu. «O que o CNRT persegue é apenas que os partidos e líderes políticos se compenhem da necessidade de perceber a complexidade de Timor se afirmar independente e levar os primeiros anos difíceis de independência», concluiu.

ARGENTINA

Direitos humanos

QUEIXA-CRIME CONTRA REGIME DE VIDELA APRESENTADA EM TRIBUNAL HOLANDÊS

Os ditadores já não podem (felizmente) dormir em paz. Depois de Pinochet chega a vez de Videla e «sus muchachos» assassinos. Será que a sra. Thatcher, a exemplo do que fez com Pinochet, também se vai solidarizar com estes facturas?

O antigo embaixador da Holanda na UNESCO Maarten Mourik apresentou uma denúncia oficial, num tribunal da cidade de Arnhem, contra dirigentes do regime militar argentino de Jorge Rafael Videla, que se caracterizou por crimes contra o seu povo e a humanidade.

Mourik, que em Novembro de 1999 disse que apresentaria uma queixa contra os integrantes daquele regime, afirmou no programa da televisão holandesa «Buitenhof», que o fez na passada sexta-feira. Um dos membros do regime de Videla (entre 1976 e 1983) foi Jorge Zorreguieta, pai de Maxima, a noiva do príncipe herdeiro da Holanda, Guillermo Alejandro.

Don't cry for ditador Videla

Zorreguieta foi o primeiro sub-secretário e ministro da Agricultura durante o regime militar argentino, a cujos integrantes o antigo embaixador holandês acusa de terem cometido crimes contra a

humanidade e torturas.

Mourik declarou que «as vítimas do regime militar foram sobretudo pessoas ligadas à agricultura e Zorreguieta devia saber o que se passou com elas porque era esse o seu âmbito profissional».

O ex-embaixador manifestou a sua confiança em que os membros do parlamento holandês se pronunciam contra o matrimónio entre o príncipe herdeiro holandês e a filha de Zorreguieta.

A acusação está nas mãos da advogada Britta Bohler, conhecida na Holanda por ter intervido no caso do dirigente kurdo Abdalan Oçalan, detido em Nairóbi em Fevereiro de 1999 e condenado na Turquia à pena de morte, mas que não foi executada.

Em Novembro último, ao anunciar a sua intenção de apresentar a denúncia, Mourik afirmou que era movido por um sentimento de «inquietação moral», já que, alegou, «seria preocupante que o futuro Rei da Holanda venha a ter como sogro um homem que cometeu crimes».

A advogada Britta Bolher iniciou em 1999 um investigação sobre as alegadas violações dos direitos humanos em que o antigo ministro do regime de Videla possa estar envolvido.

PARLAMENTO EUROPEU

Urânio empobrecido

SEGURO DEFENDE ESCLARECIMENTO SÉRIO E RIGOROSO

O eurodeputado socialista António José Seguro defendeu no passado dia 10, em Bruxelas, o esclarecimento «criterioso, sério e rigoroso» de toda a verdade sobre o problema da alegada contaminação por urânio empobrecido nos Balcãs.

Esta posição foi defendida durante a reunião do Bureau do Grupo Parlamentar do partido Socialista Europeu.

António José Seguro considerou essencial que a União Europeia e as suas instituições assegurem de forma clara e efectiva a defesa da saúde e da vida de todas as pessoas que habitam ou exercem funções humanitárias de apoio nos Balcãs.

Por isso, segundo o eurodeputado socialista, é necessário que haja uma discussão aprofundada a nível europeu sobre os factores de risco e as consequências do uso de urânio empobrecido.

António José Seguro apelou ainda ao Parlamento Europeu para que proceda a um amplo debate sobre esta questão, com

a presença de representantes do Conselho e da Comissão Europeia.

Reeleição de Sampaio

A delegação dos socialistas portugueses no PE «congratula-se com a reeleição de Jorge Sampaio para o cargo de Presidente da República».

Os socialistas portugueses no PE, num comunicado, consideram que «a votação expressiva e a sua reeleição à primeira volta, tal como se esperava, revelam a avaliação positiva que os portugueses efectuaram do seu mandato presidencial», acrescentando desejarem «as maiores felicidades a Jorge Sampaio e que a sua acção continue a receber o aplauso dos portugueses».

Por último, os socialistas portugueses no PE «saúdam democraticamente todos os restantes candidatos» e exprimem a sua «preocupação» pelo nível de abstenção, que «exige uma reflexão de todos os que concorrem para a vida pública nacional».

J. C. CASTELO BRANCO

FANTÁSTICA ABERTURA AUGURA SUCESSO

A abertura do Porto 2001 ficou marcada pelo brilhantismo. As expectativas não ficaram defraudadas. Uma combinação entre o moderno e o clássico, com espetáculos para todos os gostos, coloca a Cidade Invicta como uma grande Capital Europeia da Cultura, como aliás a cidade e as suas gentes merecem. Houve apenas uma nota negra marginal: Durão Barroso, tentando estragar a festa com fins eleitorais, foi apupado por populares.

Um apoteótico final da «Abertura 1812, Opus 49», de Tchaikovsky, com explosões pirotécnicas e chuva de *confettis*, fez vibrar o Coliseu do Porto na inauguração da Capital Europeia da Cultura.

O presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, rendeu-se ao «momento mágico» a que tinha acabado de assistir, dando os «parabéns a toda a equipa da Porto 2001» pelo «arranque fantástico» da Capital Europeia da Cultura.

«É o orgulho da cidade do Porto. Começámos com o pé direito», afirmou Nuno Cardoso no final do concerto, depois de parafrasear o primeiro-ministro, António Guterres: «Estamos a trabalhar para que o Porto seja uma Capital Europeia da Cultura para sempre».

António Guterres lembrou que está em curso no Porto «o maior volume de investimento público jamais realizado na cidade», numa «profunda transformação» que não poderia ser feita sem obras, que constituem «naturalmente um sacrifício». A presidente da Porto 2001, Teresa Lago, também considerou que estão «todos de parabéns», porque o espectáculo «correu muitíssimo bem», com destaque para a «excelente orquestra sinfónica» que o Porto voltou a ter.

O concerto inaugural, presidido pelos chefes de Estado de Portugal, Jorge Sampaio, e Holanda, rainha Beatriz, contou com a presença de políticos e artistas, passando por empresários e escritores.

O presidente da Galiza, Manuel Fraga Iribarne, também esteve presente, tal como, entre muitos outros, Almeida Santos, José Sasportes, Jaime Gama, Manuel Maria Carrilho, Siza Vieira, Sérgio Godinho, Mário Cláudio, Rosa Mota, Narciso Miranda, Orlando Gaspar, foram outras personalidades presentes.

O concerto, que terminou com muito prolongados aplausos de pé por toda a sala, incluiu a interpretação de quatro árias de ópera pela soprano Elisabete Matos e a estreia absoluta da música de



Durão Barroso apupado e vaiado por populares

O tiro saiu-lhe pela culatra. Durão Barroso não acerta uma. No dia da abertura do Porto 2001, o líder do PSD, tentando tirar dividendos políticos de uma manifestação, foi apupado e vaiado por populares junto ao Coliseu do Porto quando assinava o abaixo-assinado de protesto dos comerciantes portugueses contra os prejuízos causados pelas obras de requalificação.

«Vai trabalhar» e «A campanha eleitoral já acabou» foram alguns dos slogans entoados pelos populares que apenas motivaram alguns sorrisos de Durão Barroso e da sua comitiva.

Resmas de demagogia

Junto com o líder do PSD estavam Luís Filipe Menezes, Valentim Loureiro, Vasco Graça Moura e Pedro Vinha que também assinaram o documento dos comerciantes – e derramaram paletes de demagogia – foram atingidos pelas vaias a Durão Barroso. Um dos populares contestatários foi agredido a pontapé por um outro, apoiante do PSD, o que motivou a intervenção policial.

Mário Laginha e filme de João Botelho «Mãos na pedra, olhos no céu», com numerosas imagens do Porto em obras. Após o concerto, 650 convidados participaram no edifício da Alfândega no jantar inaugural, que incluiu uma saudação em inglês em que Teresa Lago destacou o facto de o Porto 2001 inaugurar um novo conceito de Capital Europeia da Cultura, mais abrangente e envolvendo intervenções em equipamentos culturais e no espaço público.

Semana pós-inauguração

Entretanto, e exposições de arte de vanguarda portuguesa e de fotografia do Vale de Massarelos, dois ciclos de cinema e mais um concerto sinfónico são os eventos do Porto 2001 em destaque esta semana.

O Museu de Serralves e a Cooperativa Árvore mostram até 29 de Abril obras de arte de vanguarda criadas em seis instituições do Porto nos anos 60 e 70. Paralelamente a esta exposição, que terá visitas guiadas por João Fernandes e Fernando Pernes, haverá um ciclo de música experimental e um outro do cinema português dos anos 60-70, este a partir de ontem, quarta-feira, e até 14 de Março.

Exposição curiosa é a que foi inaugurada quarta-feira no Silo-Espaço Cultural, reunindo fotografias tiradas por José Afonso Furtado no Vale de Massarelos poucos dias antes do início da intervenção «Caminhos do Romântico». Na música, o destaque vai para os dois concertos da Orquestra Nacional do Porto, dirigida por Marc Tardue, marcados para sexta-feira e sábado no Teatro Rivoli, e que incluem a interpretação de obras de Rachmaninov e Brahms.

Na passada segunda-feira, na Sé Catedral, termina o ciclo de seis concertos sobre a obra do compositor Pedro do Porto, com a actuação do Coral de Letras da Universidade do Porto.

Hoje e amanhã, sexta-feira, no Teatro Helena Sá e Costa, será a vez do espectáculo de percussão «Drumming Quatro», concebido por Emmanuel Sejourné.

A partir de sexta-feira e até dia 26, a Casa da Animação apresenta no Teatro Rivoli uma retrospectiva dos mundialmente premiados estúdios de cinema Aardman, que inclui exibição de filmes, exposição e «atelier» de animação de volumes dirigido por Peter Lord. Extraprograma da Capital Europeia da Cultura, o Russian Theatre Ballet interpreta no Coliseu do Porto a ópera «O Lago dos Cisnes», com música de Tchaikovsky.

SÓCRATES APLAUDE CANCELAMENTO DE CONSTRUÇÕES NO ABANO

José Sócrates é cada vez mais o homem certo no lugar certo. Enfrentando «lobbies» poderosíssimos o ministro do Ambiente tem vindo a impedir verdadeiros atentados ambientais, de que o Mecó é um dos muitos exemplos paradigmáticos de uma política firme e determinada de defesa dos valores ambientais.

Os portugueses têm direito a um ordenamento equilibrado do território, que impeça que selvas de betão e outros monstros, numa lógica de especulação imobiliária e turística, continuem a crescer e a destruir um património ambiental que é de todos.

Sócrates é a melhor garantia de que as zonas mais sensíveis em termos ambientais serão salvaguardadas de alguns apetites vorazes (mal) habituados a uma certa indiferença dos poderes central e local.

Assim, neste contexto, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território congratulou-se no dia 10 de Janeiro com o contrato de permuta aprovado pela Câmara de Cascais que cancelou a construção de um hotel e um campo de golfe na zona do Abano.

Com esta solução reduz-se «significativamente», em cerca de dois terços, a área total de implantação a ocupar pelos empreendimentos turísticos do Abano e «salvaguardam-se as zonas mais sensíveis do ponto de vista ambiental e mais relevantes para a conservação da natureza», refere um comunicado do Ministério.

Segundo a mesma nota, esta decisão da autarquia de Cascais «permite minimizar os impactos ambientais negativos de um erro urbanístico constante do Plano de Ordenamento», aprovado em 1994, que prevê uma área turística preferencial para turismo e recreio numa zona de «grande



relevância ambiental», como é a zona do Abano.

O Ministério liderado por José Sócrates considera que a solução «contribuirá decisivamente» para a implantação de uma nova política de gestão urbanística e territorial do Parque Natural Sintra-Cascais (PNSC), «mais rigorosa na protecção dos valores ambientais, nomeadamente face

aos projectos turísticos e imobiliários».

Investimento reforçado para conservação da natureza

Um investimento de 5,8 milhões de contos vai permitir resolver os principais problemas na área da conservação da natureza, em 2001, disse, no dia 12, em Bragança, o

secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.

De acordo com Pedro Silva Pereira, verifica-se este ano «um reforço da aposta nesta área de intervenção, com um aumento de 64 por cento no orçamento do Instituto de Conservação da Natureza (ICN).

Segundo o governante, este aumento vai permitir reforçar os meios de fiscalização e vigilância nos parques naturais ou áreas protegidas, nomeadamente em termos de viaturas e de fardamentos dos vigilantes e de prevenção de incêndios.

Este orçamento contribuirá também para o desenvolvimento local das populações das áreas protegidas, com apoios a investimentos no turismo de natureza, através da recuperação de antigas casas da guarda fiscal ou florestal que se encontram abandonadas e degradadas.

Destina-se ainda a aprofundar o conhecimento dos valores ambientais das áreas protegidas e permitirá finalmente concluir os planos de ordenamento destas áreas, em todo o País, de acordo com o secretário de Estado.

O orçamento de 2001 vai igualmente permitir ao ICN pagar as indemnizações aos produtores de gado por ataques de lobos aos rebanhos, que não são saldadas desde meados de 1999, e cujo valor ascende a 150 mil contos, em todo o País.

O secretário de Estado assegurou que a situação será regularizada «nos primeiros meses deste ano» e que «está garantida a dotação financeira necessária para acorrer à situações que se verificarem durante 2001».

Um das áreas protegidas mais afectadas por este problema é o Parque Natural de Montesinho, em Bragança, onde as indemnizações em atraso ascendem a 28 mil contos e que este ano terá um orçamento de 286 mil contos, com um aumento de 111,5 por cento, segundo o secretário de Estado.

O governante falava na posse do novo director desta área protegida, João Herdeiro, que assume o lugar quase dois anos depois de ter sido aberto o concurso para o seu preenchimento.

J.C.C.B./M.R.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



PAPEL DAS CÂMARAS É FUNDAMENTAL NA PROTECÇÃO DOS JOVENS EM RISCO

A intervenção dos municípios portugueses nas comissões de protecção de crianças e jovens em risco «é fundamental para evitar» comportamentos marginais nas gerações futuras, considerou o ministro Ferro Rodrigues.

Ao intervir no dia 10 no final da cerimónia de assinatura de um protocolo entre os Governo e a Associação Nacional de Municípios, Ferro Rodrigues sustentou que, sendo estruturas locais em contacto directo com a população, as comissões estão «habilitadas para dar uma resposta de emergência» aos problemas que lhes sejam colocados de forma articulada com outras estruturas governamentais.

O ministro, que tutela as áreas do Trabalho e da Solidariedade, referiu que a intervenção das comissões não visa «dar mais ou menos» notoriedade a esta ou àquela entidade mas sim «solucionar tão depressa quanto possível» os problemas dos jovens e das crianças em Portugal.

Com a nova lei de protecção de crianças e jovens em risco, que entrou em vigor a 1 de Janeiro, o Governo está agora empenhado na constituição das comissões de protecção locais, uma tarefa que deverá estar concluída até ao final de 2001, disse o ministro.

A 1 de Fevereiro entram em funcionamento as comissões de Lisboa,



que se irão juntar às actuais 170 a funcionar no resto do país.

As comissões locais de protecção, que terão a participação dos municípios e outras entidades, vão ter o apoio financeiro e logístico do Estado, solucionando assim um problema que se arrastava há cerca de dez anos.

Para o ministro da Justiça, António Costa, que também assinou o protocolo do Governo com a Associação Nacional de

Municípios, o acordo alcançado vai criar «melhores condições» para que a intervenção junto dos jovens e das crianças «possa ser tão precoce quanto possível e necessária de forma a evitar uma intervenção mais institucionalizada».

«A existência de comissões de protecção que possam detectar os casos precocemente e que possam intervir junto das famílias para que os problemas sejam solucionados, é fundamental para evitar estar a criar uma nova geração» marginal à sociedade, disse António Costa.

Preocupação quotidiana

O presidente da Associação Nacional de Município afirmou, por sua vez, que a preocupação dos municípios nas questões que envolvem crianças e jovens, nomeadamente aqueles que estão em risco, «é quotidiana».

O camarada Mário de Almeida considerou que as antigas Comissões de Protecção de Menores «funcionaram bem».

No entanto, ressaltou que era possível «dar o salto para as comissões de crianças e jovens em risco», o que veio a acontecer embora tenham existido «algumas peripécias e desacordos» já solucionados nomeadamente, entre outros, na continuidade da presença do

Ministério Público nas comissões, concluiu Mário de Almeida.

Violência condenável nos Jogos de Lisboa

José Leitão, alto-comissário para a Imigração e Minorais Étnicas, condenou, no dia 15, o «grave acto de violência» ocorrido no passado domingo, durante o torneio de futebol dos Jogos de Lisboa.

Os incidentes provocaram ferimentos graves numa criança de 13 anos, esfaqueada quando uma das claques que assistia ao jogo atacou a sua equipa, que estava em campo, com aparentes motivações racistas. Em declarações à Comunicação Social, Leitão defendeu que as «equipas que têm comportamentos violentos» devem ser impedidas de entrar nos jogos. «É absolutamente necessário», reforçou.

O alto-comissário manifestou-se ainda satisfeito com a atitude da Câmara de Lisboa, que já anunciou ir apresentar uma queixa-crime na Polícia Judiciária contra a equipa atacante. O rapaz esfaqueado pertencia à equipa da associação Polon, do Prior Velho, que José Leitão conhece bem e «há muitos anos trabalha com jovens afectados pela exclusão social».

José Leitão disse ainda que no passado dia 16 iria à Quinta da Serram, em Loures, onde vive o rapaz ferido nos confrontos.

ULTIMATO À EXPLORAÇÃO DE ESTRANGEIROS ILEGAIS

O ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins acompanhado do alto-comissário para a Imigração e Minorais Étnicas, José Leitão, deslocou-se, no passado dia 10, à Comissão Parlamentar para a Paridade Igualdade de Oportunidades e Família, para apresentar o novo regime jurídico sobre entrada, permanência, saída e afastamento, dos imigrantes que se encontram já a trabalhar em Portugal, em situação irregular.

O decreto-lei 4/ 2001, publicado nessa mesma quarta-feira, no «Diário da República» entrou em vigor na passada segunda-feira, dia 15, alterando o a legislação em vigor desde 1998 e permitindo regularizar a situação dos imigrantes ilegais.

Esta nova lei visa eliminar a exploração de que estão a ser vítimas estes cidadãos estrangeiros, combatendo as redes de imigração ilegal e criando condições para a regulação dos fluxos migratórios.

A partir da publicação deste decreto-lei

haverá a possibilidade de conceder uma autorização de permanência, que poderá ser renovada anualmente, aos estrangeiros que sejam titulares de uma proposta de contrato de trabalho ou de um contrato de trabalho.

Após cinco anos com autorização de permanência, os imigrantes terão acesso a uma autorização de residência. Permitir-se-á também o acesso à autorização de residência de cidadãos titulares de vistos de trabalho.

Serão igualmente concedidos vistos de entrada temporária aos familiares dos titulares de autorização de permanência, favorecendo-se assim o reagrupamento familiar.

A todos os estrangeiros nestas situações são desde já garantidos os direitos que resultam do estatuto constitucional dos estrangeiros, baseado no princípio da equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros.

Clarificam-se ainda neste diploma os motivos de concessão de autorização de

residência com dispensa do visto prévio, designadamente, aos cidadãos que tenham cumprido serviço militar efectivo nas forças armadas portuguesas, aos que sofram de doença que requeira assistência médica prolongada que impeça o regresso ao país de origem, ou aos que vivam em união de facto com cidadão português ou residente legal.

Até aqui a Administração tinha um poder discricionário na definição do que eram «razões humanitárias» ou de «interesse nacional», ficando agora expressamente definidas.

A exploração dos imigrantes e as redes de imigração ilegal, são assim, combatidas, prevendo-se nomeadamente o crime de angariação de mão-de-obra ilegal, punível com prisão até cinco anos e sujeitando-se a coimas de 300 a 750, de 500 a 1.350, de 830 a 2.360 e de 1.400 a 4.900 contos, respectivamente, nos casos de microempresas, pequenas, médias ou grandes empresas, que empreguem cidadãos estrangeiros em situação ilegal.

Respondem solidariamente pelas dívidas salariais, à segurança social e ao fisco não apenas o empregador do imigrante ilegal, mas também o empreiteiro-geral, o utilizador e inclusive o dono da obra, quando não obtenha do empreiteiro declaração de cumprimento das obrigações legais.

O funcionário que culposamente não obtenha essa declaração incorre em responsabilidade disciplinar.

Obrigam-se os serviços e organismos da Administração Pública ao dever de se certificarem que as entidades com as quais celebrem contratos não recebem trabalho prestado por imigrantes ilegais, podendo rescindir com causa justa os contratos com o empregador faltoso sempre que tal se verifique.

No sentido de regular os fluxos migratórios prevê-se ainda a celebração de acordos de imigração e a elaboração de relatório do Governo onde consta a previsão anual das oportunidades de trabalho por sectores de actividade.



Albufeira

Município apoia Festival Internacional de Cinema do Algarve

O município de Albufeira volta a apoiar a organização do Festival Internacional de Cinema do Algarve (FICA) para a realização de mais um certame.

O valor disponibilizado para o evento de 2001 é de 700 contos.



À semelhança de anos anteriores, a direcção do FICA compromete-se a realizar no auditório municipal de Albufeira duas sessões de cinema para crianças e cinco sessões à noite dedicadas ao público adulto, integrando igualmente cinco filmes comerciais.

A 29ª edição do FICA decorre em Albufeira entre os dias 22 e 25 de Maio.

Capelins

Junta organiza almoço-convívio para reformados

O Centro Cultural e Desportivo de Montejuntos foi o palco no dia 17 de Dezembro do I Almoço-Convívio de Natal para Reformados, organizado pela Junta de Freguesia de Capelins (Santo António), no concelho de Alandroal, que contou com a presença de 200 pessoas.

Uma iniciativa que é uma demonstração de mudança na forma e no conteúdo de fazer política do actual Executivo da Junta de Freguesia, que pretende manter esta tradição anualmente, numa atitude digna para aqueles que já muito contribuíram para o desenvolvimento da freguesia e do concelho.

Coimbra

Exposição evoca bicentenário do nascimento de Castilho

O bicentenário do nascimento do poeta António Feliciano de Castilho é evocado numa exposição que vai estar patente ao público até 28 de Fevereiro, na Torre d' Anto / Memória da Escrita, em Coimbra.

Castilho foi o principal alvo de ataque dos jovens intelectuais na polémica da Questão Coimbrã, uma polémica literária que alastrou para outros domínios, desencadeada por Antero de Quental no opúsculo «Bom Senso e Bom Gosto», no

qual demolia a obra de Castilho.

A este texto seguiram-se outros dos jovens universitários de Coimbra - a futura Geração de 70 - que queriam modernizar o pensamento e a literatura em Portugal. A mostra «Castilho 2000», uma organização conjunta da Biblioteca Nacional e da Câmara Municipal de Coimbra, evoca a vida e obra do escritor, que nasceu em Lisboa a 26 de Janeiro de 1800.



Cego aos seis anos, António Feliciano de Castilho terminou o curso de Cânones na Universidade de Coimbra em 1822, tendo vivido o «fervilhante ambiente literário» que se desenvolveu nesta cidade no primeiro quartel do século XIX.

A sua poesia prima pelo «gosto e pelo estilo neoclássico e por uma temática ultraromântica, raramente atingindo a qualidade da arte romântica de Almeida Garrett ou Alexandre Herculano», refere uma nota divulgada pelo pelouro da Cultura da Câmara de Coimbra.

As suas primeiras obras poéticas foram publicadas em Coimbra: «Cartas de Eco e Narciso» (1821) e «Primavera» (1822). Dirigiu a Revista Universal «Lisbonense», desenvolveu trabalho pedagógico, sobretudo no domínio da instrução popular, traduziu poetas latinos e dedicou-se à dramaturgia.

Fafe

Escuteiros vencem XVI Encontro de Cantadores de Reis



O Agrupamento de Escuteiros de Serafão venceu o XVI Encontro de Cantadores de Reis do concelho de Fafe, naquele que foi o mais participado certame até agora realizado e que constituiu a maior enchente

de sempre no Pavilhão Municipal.

Neste evento, que é já uma grande festa da cultura popular tradicional no concelho, a Associação Cultural e Recreativa de Folclore de Paços posicionou-se na segunda posição, enquanto em terceiro lugar ficou o Grupo Coral de Arnil.

O Encontro foi mais uma vez organizado pelo pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Fafe e constituiu o arranque do programa de animação cultural do município para o ano em curso.

Faro

Câmara apoia alunos carenciados

O município de Faro assumiu integralmente os encargos com o transporte escolar de 237 alunos carenciados do concelho no corrente ano lectivo.



Recorde-se que o pagamento integral das vinhetas do passe escolar dos alunos não abrangidos pela escolaridade obrigatória tem vindo a ser prática corrente da autarquia desde o ano lectivo 1991/92. Evitar o abandono escolar precoce e a exclusão dos alunos mais desfavorecidos, nomeadamente os que habitam as freguesias rurais do concelho, é o objectivo central desta iniciativa da edilidade de Faro.

Penha de França

Junta apoia Narcóticos Anónimos



A Junta de Freguesia da Penha tem vindo a apoiar os Narcóticos Anónimos, através da cedência do Espaço Multiusos para as reuniões semanais desta organização.

Trata-se de uma iniciativa inserida no âmbito da política seguida por esta autarquia de combate ao fenómeno da toxicod dependência nas suas múltiplas vertentes.

Aveiro

«Ilha do Canastro» vai ser demolida para criar parque urbano

A Câmara de Aveiro anunciou que vai demolir as construções da «Ilha do Canastro», na Freguesia da Vera-Cruz, e realojar os moradores.

O presidente da autarquia, Alberto Souto de Miranda, visitou a «Ilha do Canastro», na sequência da «presidência aberta» na Freguesia da Vera-Cruz, uma das freguesias urbanas de Aveiro, tendo constatado que se trata de uma zona com problemas de habitação, onde vivem cerca de 150 pessoas.



A Câmara pretende aproveitar o espaço para um novo parque, que irá ligar a Capela das Barrocas ao canal de S. Roque, aproveitando o ribeiro que existe no local e que, neste momento, segundo os moradores, é «um viveiro de ratas e cobras».

O presidente da Câmara de Aveiro adiantou que alguns residentes serão realojados num prédio com mais de duas dezenas de fogos, a construir num terreno da autarquia que existe na zona, enquanto para outros haverá outras soluções.

«Conhecemos as necessidades das pessoas. Temos já o levantamento social feito», acrescentou o autarca, frisando que a solução passará, prioritariamente, por não deslocalizar os moradores.

A construção do prédio deverá arrancar nos próximos meses - «falta apenas adquirir uma parcela para completar o lote», garantiu.

Ainda no local, segundo informações de Alberto Souto de Miranda, deverão surgir dois empreendimentos privados que irão requalificar o que eram as «antigas traseiras da cidade».

«Quem entra agora em Aveiro pelo Itinerário Principal 5 (IP5) depara-se com um espectáculo desolador que são as antigas fábricas em ruínas», referiu o autarca, acrescentando que os projectos já estão aprovados e um deles já iniciou mesmo a construção.

LEIRIA

Concelhia saúda Sampaio

O Secretariado da Comissão Política Concelhia do PS/Leiria, num comunicado do dia 15, saúda Jorge Sampaio pela «inequívoca vitória nacional obtida nas eleições presidenciais», sublinhando que a sua reeleição «é a vitória da estabilidade e das ideias e a derrota da demagogia e do sectarismo».

A Concelhia de Leiria do PS salienta ainda «a queda acentuada da votação do candidato apoiado pelo PSD no concelho de Leiria e a subida de dez por cento de Jorge Sampaio, apesar da forte abstenção».

MADEIRA

PS pede cumprimento da lei de audição

A direcção do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional da Madeira pediu no dia 10 a Almeida Santos e ao secretário de Estado José Magalhães mais atenção no cumprimento da lei de audição.

Nas reuniões com o presidente da Assembleia da República e com o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, os deputados socialistas madeirenses protestaram contra a frequência de vezes em que o Parlamento nacional esquece as assembleias legislativas da Madeira e dos Açores.

De acordo com o líder da bancada socialista na Madeira, Duarte Caldeira, entre outros casos, a Assembleia da República não ouviu os parlamentos regionais dos Açores e da Madeira nas leis de descriminalização do consumo de drogas (o que provocou uma inconstitucionalidade), do Orçamento e na reforma fiscal.

«Valeu no caso da reforma fiscal que o PSD/Madeira ficou satisfeito e, por isso, não

requereu a inconstitucionalidade», comentou Duarte Caldeira.

A delegação de deputados regionais do PS/Madeira teve ainda encontros com vários membros do Governo, onde se abordaram temas como o das ligações da TAP entre o continente e Porto Santo, a desprotecção em termos de Segurança Social dos emigrantes madeirenses na África do Sul e da Venezuela, e o acesso às televisões generalistas do País.

Segundo os deputados do PS/Madeira, a SIC, a TVI e a RTP-2 apenas podem ser vistas por uma minoria de madeirenses, ou seja, aqueles que já são servidos pela TV Cabo. A direcção do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa da Madeira pediu ainda ao Executivo de António Guterres o reforço de agentes de segurança, assim como maiores investimentos em meios neste sector.

AR

PS inviabiliza audição

O PS inviabilizou a audição parlamentar do grupo médico que concluiu pela inexistência de riscos para a saúde pública resultantes da co-incineração de resíduos nas cimenteiras de Souselas (Coimbra) e no Outão (Setúbal).

A proposta para a realização de audições individuais aos cinco médicos do grupo, em sede de Comissão Parlamentar de Ambiente e Poder Local, partiu de um deputado do PSD e contou com o apoio de todos os partidos da oposição, numa espécie de santa aliança.

O deputado do PS Renato Sampaio considerou que o relatório do grupo médico «está feito e é esclarecedor nas suas conclusões».

PSD sem emenda

Adiantou que o PSD, com a proposta de audições parlamentares, «apenas pretendeu fazer teatro».

«Ainda por cima, os deputados do PSD pretendiam ouvir os cinco médicos um a um. Ou seja, queriam que os médicos fizessem uma prova oral, já depois de terem feito uma prova escrita», concluiu Renato Sampaio.

Ovar

PS felicita Sampaio

A Secção de Ovar do PS, num comunicado, salienta que a reeleição de Jorge Sampaio «foi uma indiscutível e justa vitória e uma reeleição merecida de uma notável figura do PS e da democracia portuguesa, sublinhando o pleno que Jorge Sampaio fez no concelho, vencendo em todas as freguesias e com uma forte percentagem, 58,5 por cento dos votos expressos, acima da média nacional, 55,5 por cento.

«Uma vez mais, o eleitorado de Ovar provou nas urnas que se revê nos candidatos socialistas, conferindo-lhes o seu voto e deste modo contribuindo para o desenvolvimento e para o fortalecimento da democracia», refere ainda o PS/Ovar no comunicado.

REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL

20 de Janeiro, 10.30 horas, Hotel Altis, Lisboa

Ordem de trabalhos:

1. Apresentação e votação da data e local do XII Congresso Nacional.
2. Apresentação, discussão e votação do regulamento para a eleição do secretário-geral e dos delegados ao XII Congresso Nacional.
3. Apresentação, discussão e votação do regimento para o XII Congresso Nacional.
4. Eleição da Comissão Organizadora do XII Congresso Nacional.
5. Análise da situação política.



Jorge Sampaio
POR TODOS NÓS

DECLARAÇÃO

Jorge Sampaio



A MINHA ACÇÃO SERÁ NORTEADA PELOS VALORES DA LIBERDADE E DA TRANSPARÊNCIA

Por vontade livremente expressa dos portugueses fui reeleito Presidente da República.

O mandato que me conferiram, há cinco anos, está assim, avaliado por quem detém, para tanto, legitimidade exclusiva. Serei fiel ao mandato que os portugueses me conferem, para os próximos cinco anos.

Candidatei-me a um segundo mandato com intenção de colocar a minha experiência e a minha determinação ao serviço do meu país e dos meus compatriotas. Recebo com orgulho a confiança que em mim depositaram, sufragando os propósitos que enunciei e as linhas de rumo que defini.

A campanha eleitoral constituiu uma oportunidade para aprofundar o debate de opções fundamentais da República. Para isso contribuíram todas as candidaturas. Quero, por isso, felicitar os meus adversários, que souberam valorizar a nossa vida cívica.

A campanha eleitoral mostrou que a sociedade portuguesa mudou muito, que as pessoas querem hoje uma relação diferente com a política. Senti que temos

de procurar novas respostas para as novas perguntas e expectativas. Foi essa convicção que quis transmitir.

Agradeço a todos os que me apoiaram e deram à minha candidatura diversidade e empenhamento, contribuindo para afirmar em todas as gerações, regiões e sectores da vida nacional.

Pela primeira vez, os emigrantes puderam votar na eleição do Presidente da República. Quero agradecer a todos os que o fizeram, dessa forma exprimindo o seu desejo de participação democrática e a sua vinculação a Portugal.

Esta vitória democrática é uma vitória para Portugal.

Quero por isso partilhá-la e comemorá-la com as portuguesas e com os portugueses. Constitui um apelo, e mesmo um compromisso, para que trabalhem pelo futuro de um Portugal moderno e justo.

Os portugueses conhecem-me bem e sabem que serei, como sempre fui, o Presidente de todos os portugueses, próximo dos meus concidadãos, atento aos seus problemas, decidido a intervir para evitar ou resolver crises, sem abdicar

de nenhum dos meus poderes constitucionais, nem da influência da minha magistratura.

A minha acção será norteada pelos valores da liberdade e da tolerância, das instituições da democracia e do seu prestígio, do Estado de Direito e da sua autoridade.

Continuarei a ser um Presidente empenhado na garantia da igualdade de oportunidades e na promoção da solidariedade e da coesão nacionais.

Tenho consciência dos imperativos de mudança. Quero sacudir a resignação, a inércia, o deixa andar. O meu compromisso, como Presidente da República que vii o seu mandato renovado, é o de mobilizar todos os portugueses, nas suas capacidades e vontades, na sua inteligência e no seu saber, para enfrentarmos os novos desafios, tão exigentes como inéditos.

Precisamos de um Estado responsável e responsabilizado, imparcial e eficiente, um Estado que mereça a confiança dos cidadãos. Precisamos de uma sociedade mais exigente, mais preparada, que ofereça emprego aos jovens e combata a

exclusão social. Precisamos de uma economia mais produtiva, mais competitiva e mais inovadora. Não podemos adiar por mais tempo reformas fundamentais. Temos de afirmar a nossa posição na União Europeia, na Aliança Atlântica e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nesta, com um novo membro, Timor Leste independente.

Precisamos de reforçar, mesmo em situações difíceis ou adversas, a nossa ambição para Portugal. Cuidado, não podemos ficar para trás!

Considero meu primeiro dever impulsionar e congregar todos os portugueses e as suas instituições, para mudarmos o que está mal, consolidarmos e ampliarmos o que conseguimos, prosseguirmos a modernização e o desenvolvimento do País.

Estou confiante, porque tenho confiança nos portugueses. Em todos nós.

Viva Portugal!

Declaração proferida no passado dia 14 de Janeiro, no Hotel Altis, em Lisboa, após ter ganho as eleições presidenciais.

PERSPECTIVA

Custódia Fernandes



POLÍTICA E SINDICALISMO

O sindicalismo está, quer se queira quer não, estreitamente ligado com a política. Se é verdade que é às organizações sindicais que compete, em primeira mão, compreender e assumir as necessidades laborais e sociais dos trabalhadores, não é menos verdade que é ao poder político que compete viabilizar as propostas sindicais.

E é deste cenário que ressalta um quase permanente choque entre as organizações sindicais e o poder político, transmitindo para a opinião pública uma ideia de que entre ambos existem interesses insanáveis: Não é bem assim, já que há uma notória complementaridade entre as funções do poder político e das organizações sindicais, a qual ganha dimensão no âmbito da concertação social e de uma negociação que, embora invisível, decorre quase permanentemente.

Não basta às organizações sindicais clamar que esta ou aquela decisão deve ser tomada pelo poder político. É também necessário que este esteja aberto à

resolução dos problemas que lhes são apresentados.

O que nem sempre acontece, obrigando a uma constante e premente actuação das organizações sindicais, acção que as tornam essenciais e determinantes para que os trabalhadores vejam resolvidos alguns dos seus problemas, seja preferencialmente através do diálogo, seja pela adopção dos meios de luta legalmente permitidos.

A minha actual função de deputada à Assembleia da República tem-me permitido ganhar uma maior consciência da necessidade de existirem organizações sindicais fortes e coesas, que assumam os problemas dos trabalhadores e os transmitam ao poder político, exigindo a sua resolução.

Os interesses em jogo e as pressões que se fazem sentir condicionam, é verdade, o diálogo entre o poder político e as organizações sindicais, mas, estejam todos cientes disto, estas não desmobilizam e desenvolvem uma actuação permanente e insistente com

vista a encontrar soluções para os interesses que representam e os problemas que apresentam.

Os trabalhadores, isoladamente, não têm este poder. Os deputados não podem receber cada trabalhador individualmente, sob risco de paralisarem a actividade do Parlamento. Mas já podem e devem (e fazem-no) receber as organizações sindicais, ouvindo-as e procurando satisfazer as suas pretensões, resolver os problemas que apresentam. No Parlamento encontramos quase diariamente representantes de organizações sindicais reunidos com representantes dos grupos parlamentares e com a Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para expor problemas e procurar que eles sejam solucionados.

Mas não se pense, com o que atrás ficou dito, que as relações entre as organizações sindicais e o poder político são um mar de rosas. Todos sabem que não são e que exigem um constante esforço de aproximação, especialmente nos dias de

hoje em que imperam fórmulas perversas de encerrar a economia e a sua relação com a sociedade.

E é neste cenário, que tende a esquecer os problemas laborais e sociais dos trabalhadores, que as organizações sindicais ganham uma nova e crescente relevância, posicionando-se na sociedade actual como imprescindíveis para a defesa dos interesses que lhes são inerentes e que, sinteticamente, visam criar mais justiça social e melhores condições de trabalho e de vida para todos os que representam.

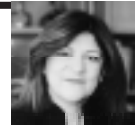
Para aferir da veracidade desta afirmação, convidamos todos a meditar numa simples questão: se com o trabalho constante e persistente das organizações sindicais vemos tantos legítimos anseios por satisfazer e tantos problemas dos trabalhadores por resolver, o que seria se elas fossem obrigadas a deixar de existir, ou se os trabalhadores, em vez de as fortalecer com a sua adesão ao sindicalismo, as enfraquecessem não se sindicalizando?

In «Notícias Síntese»

ENSINO

Ana Benavente*

O LONGO CAMINHO DO PRÉ-ESCOLAR



No contexto das prioridades políticas do XIII Governo Constitucional (95-99), o Ministério da Educação (ME) assumiu a educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica, tendo definido dois grandes objectivos estratégicos: (i) conferir visibilidade nacional à educação de infância, enquanto alicerce da cidadania e (ii) criar condições para que 90 por cento das crianças de cinco anos tenham acesso a uma oferta de educação pré-escolar de qualidade até 2001.

Em conformidade com este propósito, o ME decidiu candidatar-se ao Exame Temático da OCDE para a educação pré-escolar. Fê-lo por entender que esta avaliação poderia constituir uma oportunidade privilegiada para se proceder a uma reflexão sobre o impacto das medidas incrementadas neste domínio e para ajudar a perspectivar o seu desenvolvimento.

O relatório agora divulgado, elaborado em 1999, apenas dois anos após a publicação da Lei 5/97, de 10/2 (Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar), reconhece a alta prioridade concedida ao bem-estar das crianças em Portugal, assim como a substancial expansão dos serviços prestados à infância, realizada em curto período de tempo. E termina com as seguintes palavras: «Portugal pode orgulhar-se daquilo que já conseguiu alcançar».

Com efeito, e tendo presentes as análises veiculadas pela comunicação social nos últimos dias, importa não esquecer qual era a situação de partida, em 1995/96, quais as metas definidas e, finalmente, qual o caminho efectivamente percorrido.

Assim, e começando pelos valores apurados para o ano lectivo 99/00, estavam inscritas na educação pré-escolar 219.042 crianças, o que significa um acréscimo global de 23% relativamente a 95/96. Ora, as metas fixadas



pelo Governo, para o mesmo ano, eram de 60%, aos três anos de idade, 75%, aos quatro anos e 90% aos cinco anos. O progresso foi sensível e os dados disponíveis mostram que os valores atingidos no último ano pouco se afastam daquelas metas, sendo, respectivamente, de 58%, 72% e 84%. Para que fique claro, pelos dados da OCDE constantes do relatório de 95, a taxa de pré-escolarização na faixa etária 3-5 anos situava-se, à data, nos 55%, sem progressos desde 92/93.

Então, o que está em jogo? A nosso ver, e em primeiro lugar, a questão central da articulação das políticas públicas para a infância. Penso que devemos sublinhar o sucesso do trabalho conjunto entre o Ministério do Trabalho e Solidariedade (MTS) e o ME, que conduziu, em apenas dois anos, à constituição de uma rede nacional de educação pré-escolar, independentemente da sua titularidade (pública, privada ou solidária), com as exigências de qualidade e com o enquadramento pedagógico do ME,

materializado, nomeadamente, na produção de orientações curriculares que fazem do pré-escolar um efectivo primeiro patamar da educação básica.

Porém, quer para a população infantil aquém dos três anos quer na articulação com a escolaridade básica, há, sem dúvida, muito que fazer, e a pergunta a que importa responder é: em que sentido estamos a trabalhar?

Com o Programa Creches 2000, da responsabilidade do MTS, e na dependência do secretário de Estado-adjunto, Rui Cunha, o Governo estimula a criação de 50 mil novas vagas, visando a duplicação da rede nacional de respostas para crianças até aos três anos (creches e amas), ao mesmo tempo que se aperfeiçoam as respostas existentes, nomeadamente através da formação e da reconversão física dos equipamentos. Este programa, apresentado em Julho, implica uma despesa global de mais de 70 milhões de contos e compreende a incorporação das despesas das famílias no conjunto das deduções de despesas de educação em

sede de IRS.

Em estreita cooperação com o MTS, o ME definirá um conjunto de orientações para o trabalho com a primeira infância, destinadas não só a educadores, mas também ao pessoal não-docente que integra, geralmente, as equipas das creches (psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, pessoal auxiliar, etc.), no desenvolvimento de uma política social que interpela toda a sociedade e que não constitui exclusivo do ME.

No capítulo da formação inicial, é de registar que a formação dos educadores de infância conduz, mais uma vez por iniciativa do XIII Governo Constitucional, à aquisição de licenciatura, valorizando-se, assim, o seu estatuto.

Acresce que está em fase de concretização o Despacho Conjunto 891/99 (ME/MTS), que visa o desenvolvimento da Intervenção Precoce - identificação e prestação dos cuidados adequados a crianças com necessidades educativas especiais -, através de um conjunto articulado de acções orientadas para a resposta a situações de risco na primeira infância.

O relatório da OCDE constitui, neste quadro, um importante estímulo ao trabalho que está a ser realizado, porquanto vem, no essencial, salientando o percurso iniludivelmente positivo em concretização e apresenta contributos para «alicerçar e desenvolver estes sinais promissores de progresso».

Mas todo este trabalho só adquire verdadeiro sentido com o reordenamento da rede do 1º ciclo e a reorganização curricular do ensino básico, actualmente em curso, condições indispensáveis à plena afirmação da educação pré-escolar como instrumento decisivo na promoção da igualdade de oportunidades e do enriquecimento pessoal e social de todas as crianças.

*Secretária de Estado da Educação
In «Expresso»

CULTURA

Lino Mendes

EM DEFESA DO PATRIMÓNIO

As novas tecnologias, as constantes transformações a que o mundo está sujeito, fazem-nos caminhar para uma globalização de hábitos e costumes, que naturalmente se aceitam, embora nem sempre isso constitua desenvolvimento. Por isso, e cada vez mais, cada terra e cada povo se tenham que afirmar pela identidade, no respeito por aquilo que o caracteriza e define. Digamos que pelo respeito pelo seu património cultural.

Mas o que é, afinal, património? Eis como uma senhora professora, que não referenciamos por o desconhecer, o definiu um dia aos seus alunos:

A riqueza de um povo é tudo o que faz parte da sua vida. É tudo o que te cerca. É a paisagem que vês da tua janela. É a casa pequena da tua aldeia. É o museu da cidade. É a cantiga que ouves ao trabalhador, é aquela que a tua mãe cantava para te embalar. É a filarmónica da tua terra nas tardes quentes de Verão.

São os traços coloridos das mulheres do campo ou do mar. É o rancho que dança nos caminhos poeirentos da aldeia. É a capelinha solitária no alto do monte. É a catedral da grande cidade. É o barro moldado pela mão do oleiro, e a rede feita pela mão do pescador. É o pregão da

varina que percorre as ruas da cidade, ou a voz serena do pastor chamando as ovelhas...

É evidente que não se pretende impor uma paragem no tempo. Seria absurdo por exemplo continuar a ler à luz da candeia ou escolher a carroça para transporte do dia-a-dia. O que se pretende, isso sim, é ter uma referência no tempo, que nos caracterize. Não ignorá-la, preservá-la, divulgá-la.

O turismo, sem dúvida um factor de desenvolvimento, é no entanto um perigo se não assentar nessas realidades. Porque, de uma maneira geral, quem viaja procura conhecer novas terras e novas gentes. E

de uma maneira muito especial as suas casas e os seus comeres, os seus grupos de folclore e de música tradicional, aquilo que de diferente exista na terra.

De há muito defendemos que os nossos valores tradicionais e culturais devem ser tratados a todos os níveis escolares, pois só se defende aquilo de que se gosta e não pode gostar-se daquilo que se desconhece. Entretanto, e sem fundamentalismos, não podemos deixar de aqui registar o valioso trabalho que neste campo vem sendo realizado pelos grupos de folclore, naturalmente daqueles que assentam o seu trabalho num cuidado trabalho de investigação.

POLÍTICA

Guilherme d'Oliveira Martins

ENCRUZILHADA POSITIVA

Tem-se invocado muito a República da Irlanda, e bem. No entanto, os bons exemplos devem ser referidos com o cuidado de considerar tudo o que está em causa, em vez de nos limitarmos a pegar no que interessa, esquecendo o que pode ser incómodo. Não se esqueça que a Irlanda integra as ilhas britânicas, tendo um forte crescimento económico induzido por essa proximidade e – porque não há bela sem senão – uma forte taxa de inflação. Recorde-se ainda que fez nas últimas décadas um esforço único e persistente de qualificação, através da educação e da formação, com especial incidência nas áreas profissional, tecnológica e artística, o que lhe permite registar uma evolução consistente e positiva no tocante à produtividade da economia. Eis porque a Irlanda é um bom exemplo – ilustrando uma aposta de médio prazo na educação e na formação, um esforço significativo de coesão social e a integração do rigor económico neste contexto. Assim, os esforços no sentido da boa despesa pública e do desagravamento fiscal integram-se numa estratégia de horizonte largo que é a única que vale realmente a pena. O rigor económico e financeiro tem-se aliado à coesão social. Mas vejamos por partes: uma estratégia de prazo longo passa por vários tabuleiros (como sempre



tem sido dito pelo primeiro-ministro) – o da melhor Administração Pública, com sinais concretos de eficiência e de desburocratização; o da maior qualificação das pessoas (com forte aposta na coordenação entre educação, formação e emprego – e corajosa aposta, contra todo o imediatismo, numa formação secundária relevante, profissional, técnica e artística); o da reforma das finanças públicas – persistente no tempo, envolvendo sempre o estudo, a preparação e a concretização – desde a redução das despesas públicas não reprodutivas até à mudança fiscal que alivie os cidadãos cumpridores e a iniciativa

verdadeiramente criadora de riqueza e não parasitária; ou o da melhor administração da justiça e da políticas activas de solidariedade. O «modelo» irlandês não pode, assim, ser visto de um modo simplista.

Ele revela, quando analisado de perto, que a sua inovação pressupõe uma auto-crítica muito severa da parte de quem teve responsabilidades na década 80/90 – momento em que o binómio qualificação/produtividade entrou na ordem do dia no Eire. Mas fique claro que o exemplo é bom, com as distâncias naturais, a ponto de a prioridade à educação e à qualificação e a serena e determinada mudança fiscal iniciada pelo prof. Sousa Franco (porque não há reformas sem estudo e sem cuidada preparação) terem evidentes pontos de contacto com a ideia directriz do desenvolvimento referenciado. Não vamos, no entanto, nem entrar no debate sobre a geração do mítico «monstro», de que se tem falado, nem esmiuçar o repetidíssimo tema da suposta

«divergência» entre as economias portuguesa e europeia. Recorde-se apenas que o aumento anual médio da despesa pública na primeira metade da década de 90 foi de 12 por cento contra 9 por cento depois de 1996, do mesmo modo que se inicia em 2001 a redução do peso relativo da despesa pública no produto nacional para baixo do limiar dos 50 por cento. Quanto às previsões do crescimento do produto interno, muito do que se tem dito quase parece indicar que vivemos uma recessão. Ora, sem discutir as previsões, donde quer que venham, a verdade é que todas, sem excepção, apontam para valores próximos de um crescimento real de 3 (três) por cento. Isto com níveis baixos de desemprego e com um crescimento assinalável das exportações. Afinal, a nossa aproximação dos níveis de desenvolvimento europeus verificou-se realmente nos últimos cinco anos. Contra factos não há argumentos. Não iludamos, porém, os problemas. Precisamos de crescer mais. O Governo está consciente disso – por isso aposta em mais confiança e na mobilização de todos os recursos disponíveis. O alarmismo não é bom conselheiro, nem o excesso de confiança. A encruzilhada precisa do trabalho e do entusiasmo de todos. Haja um suplemento de alma.

In «Visão»



ACTUALIDADE

António Brotas

CARTA A FERRO RODRIGUES

Lei no dia 21 de Dezembro na última página do «DN» ter o Ferro Rodrigues afirmado (referindo-se ao próximo Congresso do PS) que: «Apesar de estatutariamente não ser exigido que as moções sejam acompanhadas de listas aos órgãos nacionais do partido, seria «desejável» que tal acontecesse».

Faço-lhe notar que, nos termos do nº 1 do artigo 59º dos Estatutos do PS: «Os delegados ao Congresso Nacional são eleitos pelas Secções, com base em moções políticas de orientação nacional», e que, nos termos do nº 2 do mesmo artigo: «Os membros da Comissão Nacional (e dos outros órgãos nacionais) são eleitos... de entre listas propostas pelo mínimo de 10 por cento dos delegados ao Congresso». As moções de orientação não podem, assim, ser acompanhadas por listas de candidatos aos órgãos nacionais, a menos que estas listas estejam subscritas, unicamente, por elementos não eleitos, que, por inerência, integrem o Congresso. O que, francamente parece desejável, e necessário, é que as moções apareçam

antes da eleição dos delegados das Secções e que, depois, estes delegados possam subscrever as listas de candidatos aos órgãos nacionais.

Aliás, numa interpretação à letra, só mesmo eles é que as podem subscrever dado que, no artigo 61º, que define a composição do Congresso, só eles é que são designados por «delegados» e, portanto, só a eles se refere o nº 2 do acima citado artigo 59º.

O hino

Eduardo Prado Coelho, na sua crónica da última página do «Público», do dia 14, referindo-se à decisão de Putin de fazer adoptar a música do hino da antiga União Soviética para o hino da Rússia, diz que tal decisão não deixará certamente de emocionar Álvaro Cunhal.

Pergunto se não o faz, também, a ele, Eduardo PC, sentir alguma emoção. A mim faz. Para os hoje já bastante velhos, era a música anunciadora de Rádio Moscovo na altura em que a União Soviética lutava contra os nazis na mais sangrenta das guerras e era a esperança da Europa.

Como seria hoje a Europa se a União Soviética tivesse sido vencida como esteve perto? É uma questão a causar calafrios. Apesar das muitas violências e crimes cometidos pelos soviéticos contra outros e contra eles próprios, a Europa alguma coisa lhes deve. Tenho, por isso, muita simpatia pelos velhos soldados medalhados, que às vezes aparecem na televisão e agrada-me que, pelo menos aos russos, que eram a maioria, tenham restituído o seu hino.

EPC é demasiado novo para ter vivido directamente aquele período, mas sabe bem que, depois, durante anos, a Rádio Moscovo continuou a ser ouvida (clandestinamente) em Portugal como uma rádio da Liberdade. Não propriamente, pelo menos para muitos, como da Liberdade da União Soviética, mas por romper o silêncio em que nos mantinha a falta da Liberdade que, indubitavelmente, não tínhamos.

Recordo-me de um período em que ouvi, todas as noites, o hino da União Soviética. Estava preso na cadeia do Aljube, numa sala que dava para o pátio das traseiras e um

morador desse pátio, todas as noites, nunca o soube se por inconsciência, se por pura coragem para dar conforto aos prisioneiros, ligava a Rádio Moscovo. Não ouvimos as palavras, mas ouvimos o hino.

Acho que é mau, ao fazermos análises políticas, esquecermos o ambiente em que o País vivia há 40 anos. Por isso, aqui deixo este testemunho de quem nunca foi do PC, nem do MDP-CDE, nem mesmo do MUD Juvenil.

Passando para os tempos de agora, pergunto ao comentador político EPC se não notou esta coisa flagrante: A Europa não tem hino. Os russos, que estão no caos e sem economia, têm agora um que lhes lembra 15 milhões de mortos, e readaptaram-no em conjunto com símbolos antigos, como o da água de duas cabeças, uma a olhar para Ocidente e outra para Oriente. É conveniente que os políticos e diplomatas da Europa (sem hino) empenhados na aritmética da sua construção e na sua dilatação (sem uma percepção muito clara dos seus limites) se lembrem disto, e não olhem a Rússia como um espaço vazio. Eles têm um hino.





QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Pintura em Albufeira

Encontra-se patente ao público, até ao próximo dia 3 de Fevereiro, a exposição «Bright Colours and Blue», do pintor Heitor Pais. A mostra poderá ser visitada diariamente, na Galeria Municipal, entre as 10 e 30 e as 17 horas, exceptuando os domingos e feriados.

Basquetebol em Amarante

A Filandorra-Teatro do Nordeste desce hoje à cidade, para levar à cena «Frei Luís de Sousa», um texto de Almeida Garrett, dirigido e encenado por David Carvalho e com cenografia de Yann Thual. A representação decorre no Cine-Teatro Teixeira de Pascoaes, com início às 21 e 30. O Pavilhão Desportivo Municipal foi o palco escolhido para a realização da fase final do Campeonato Distrital de Basquetebol de Cadetes Femininos, a disputar-se no próximo fim-de-semana (dias 20 e 21), às 15 e 17 horas.

Festival em Angra do Heroísmo

A autarquia local promove, de 20 a 28 de Janeiro, o I Festival de Música e Dança da cidade. Na iniciativa participam Os Corvos, Anabela Duarte & Vera Prokic com o espectáculo «Máquina Lírica», o grupo de metais Ilha Lilás, da ilha Terceira, a intérprete terceirense Susana Coelho e Trio, Carla Seixas (pianista), José Corvelo (barítono) e Carla Lopes (soprano). O festival conta ainda com dois espectáculos de dança contemporânea: «Mindfield» e «Self(ish) Portrait».

Coro em Coimbra

A autarquia local, através da Fonoteca Municipal, dá continuidade ao Ciclo de Música Coral, que teve início no mês passado. Esta é mais uma iniciativa que pretende divulgar junto dos municípios os valores da música, neste caso concreto da música coral, dando relevo aos agrupamentos sediados no concelho. Assim, na próxima quarta-feira, dia 24, a Casa Municipal da Cultura acolherá, a partir das 21 e 30, um espectáculo a cargo do Coro de Professores de Coimbra.

Conferência em Faro

No dia 23, pelas 16 horas, realiza-se, no Auditório Municipal, a conferência multimédia «A Encadernação através dos Séculos», com a participação de Pedro Falcão de Azevedo.

Fantoches em Guimarães

«Dança com os Teletubies» é o título da peça de teatro de fantoches que os seus filhos e/ou netos poderão desfrutar na Biblioteca Municipal Raúl Brandão, a partir das 10 e 30.

Desenho em Lisboa

«Xicalamidad!» é o nome da peça que sobe ao palco do Teatro Maria Matos, nos próximos dias 22 e 23, pelas 21 e 30, a cargo do agrupamento teatral moçambicano Mutumbela Gogo. Decorre, até ao dia 1 de Fevereiro, no Palácio Fronteira, o ciclo «Grandes Mestres do Desenho». Este evento, que se realiza sempre as terças e quintas-feiras, às 21 e 30, dedica a sessão de hoje a Rembrandt. No dia 23, relembra-se o trabalho de Matisse e, no dia 25, o de Almada Negreiros.

Filme em Lousã

A mais recente realização de Luís Filipe Rocha, «Camarate», será exibida, amanhã, às 21 e 30, no Cine-Teatro.

Teatro em Macedo de Cavaleiros

No âmbito da agenda cultural de Inverno 2000/1, será apresentada, no próximo sábado, dia 20, no Auditório do Instituto Superior Piaget, a peça «Frei Luís de Sousa», de Almeida Garrett, pelo Teatro Filandorra.

Fumeiro em Montalegre

No momento em que a Europa debate o que realmente se passa com as «vacas

loucas», Montalegre, uma das últimas réstias do «País real», inaugura, hoje, uma «festa do pecado» dedicada em exclusivo ao porco e aos seus fumeiros. A X Feira do Fumeiro e Presunto de Barroso, região de fronteira entre Trás-os-Montes e o Minho onde, ao que se diz, o demónio ainda assedia jovens atrás das penedias, arranca com 35 toneladas de fumeiros e enchidos prontos para serem mais de 50 mil visitantes esperados. A feira decorre de 18 a 21 de Janeiro, no Pavilhão Gimnodesportivo.

Passeio no Montijo

A exemplo de anos anteriores, a Associação Amigos do Campo e da Aventura, com o apoio da autarquia local, realiza, no sábado, dia 20, um passeio todo-o-terreno pelas zonas ribeirinhas do concelho. No âmbito das comemorações do aniversário da morte do autor de «Os Maias», vai estar patente, na Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva, a partir do dia 22 e até 4 de Fevereiro, a mostra «Eça de Queirós: os passos de um trajecto.»

Conferência em Paredes de Coura

Amanhã, às 21 e 30, o Centro Cultural será palco de uma conferência subordinada ao tema «Jugoslávia: por uma vida normal».

Artes em Sintra

Amanhã, sexta-feira, às 21 horas, a Galeria Municipal de Fiteiros inaugura duas exposições de jovens que participaram e se destacaram no Prémio D. Fernando II, da autarquia sintrense. Assim, no primeiro piso da Galeria, poderá encontrar uma mostra de pintura e escultura de Vanessa Muscolino, intitulada «Do it yourself». No segundo piso estarão em exibição os trabalhos da pintora Marta Coelho. Ambas as exposições permanecerão abertas ao público até ao dia 11 de Fevereiro, podendo ser visitadas de quarta-feira a domingo, entre as 14 e as 20 horas.

Velharias em Vila Real de Santo António

«Motivos Variados» é o título genérico da exposição de pintura de João Vicente de Brito, que será inaugurada hoje, no Centro Cultural António Aleixo, permanecendo patente ao público até ao fim do mês. O disco compacto de Luís Antunes será apresentado ao público, amanhã, pelas 22 horas, no Centro Cultural. A zona nascente do Casino de Montegordo foi o local escolhido para a realização, no sábado, da Feira das Velharias.

SUGESTÃO

Porto 2001: «Pierrot Lunaire» e «O Mandarin Maravilhoso»

Pierre Boulez dirige a Orquestra de Paris e o Ensemble Intercontemporain em «Pierrot Lunaire», de Schoenberg, e «O Mandarin Maravilhoso», de Bela Bartok, a 26 de Janeiro, no Coliseu portuense. Compositor, maestro e pensador, com um percurso essencialmente ligado à música do século XX, Pierre Boulez, francês de 76 anos, filho de um industrial do aço, aprofundou o estudo das matemáticas em simultâneo com o da música. Com o alemão Stockhausen liderou, nos anos 50, um movimento de vanguarda musical. Esta figura notável da música europeia desloca-se, pela primeira vez, ao Porto para prestar assistência à Capital da Cultura com duas peças fundamentais do repertório musical do século passado. A não perder!



POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Duas adagas, o tempo

O tempo não espera por nós, nunca, não espera por ninguém. Apanha sempre o primeiro barco das manhãs e evade-se das baías êbrias de luz onde as pérolas fingem ser lágrimas no olhos das viúvas das marés. O tempo é uma metáfora incendiada que queima, no vagar das clépsidras, até o instinto dos marinheiros enquanto choram. O tempo venda-me os olhos, feroz, para eu não ver o labirinto em que os meus dedos se perdem quando julgam ter encontrado o cálice do mistério no cofre das druídas. Eu matei o tempo com duas adagas: uma de prata, outra de espuma, e a areia inundou o meu quarto, trazida pelas águas, com a violência primordial dos actos da criação.

José Jorge Letria

Porto
2001
CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA

ARTES PLÁSTICAS & ARQUITECTURA

19 de Janeiro a 28 de Abril

ARTE DE VANGUARDA NO PORTO DOS ANOS 60 E 70

MUSEU DE SERRALVES



SERÁ A POLÍTICA UM MUNDO À PARTE?

A pesar de estar na vida pública activamente há já quase 30 anos, confesso a minha dificuldade em lidar, ainda, com alguns aspectos da prática política. Pensei sempre e, quero continuar a pensar, que o padrão de avaliação que se coloca ao cidadão na sua vida normal, não pode deixar de ser o mesmo que serve para lhe apreciar as qualidades quando está envolvida na vida partidária. Quem mente ou age menos honestamente na vida pública, independentemente dos resultados que pretenda obter, deve ter a mesma sanção social do que mente ou age menos honestamente na vida do quotidiano. O facto, porventura feliz, de ter frequentado quer os meios académicos, quer os meios empresariais quer os meios associativos, permitiu-me aliás, concluir que a taxa de «salvação social», nestes sectores específicos da actividade humana, se aproxima daquela que encontrei no mundo da política. Por que será então que desculpamos na política o que rejeitamos veementemente no nosso comportamento habitual? Não sei responder e este tem sido o meu drama e, porventura, a incapacidade estrutural de ir mais longe e mais consequentemente na carreira de serviço público que escolhi e tenho procurado honrar. Mas porquê todas estas considerações? Fundamentalmente porque há momentos em que é preciso dizer «basta» e exprimir

sonoramente toda a nossa revolta e todo o nosso inconformismo. Este «estado de espírito» surgiu-me na sequência das reacções e aproveitamentos, de significativos sectores da opinião pública, relativamente a dois factos recentes. O 1º facto tem a ver com a chamada reforma fiscal. Durante muito tempo, demasiado tempo porventura, reclamou-se a reforma fiscal, como instrumento indispensável para introduzir justiça e equidade na forma de repartir a carga fiscal entre os portugueses. Gostemos ou não, a primeira parte da reforma final, atinge estes objectivos, porque por um lado desagrava os rendimentos do trabalho, procura tributar moderadamente os rendimentos de especulação e, nomeadamente, pretende chamar ao sistema novos contribuintes, que sem qualquer razão ou justificação social, pretendem eximir-se às suas obrigações. Particularmente significativo e justo é o esforço de tributação de manobras de engenharia financeira desenvolvidas pelas chamadas SGPS (entidades que não são em si próprias criadoras de riqueza), em limites e em ponderações claramente mais favoráveis do que as existentes na generalidade dos sistemas fiscais europeus. Como reagiram «os patriotas» detentoras de significativas participações e na maior parte dos casos responsáveis, pela contínua e progressiva colocação de recursos financeiros em *off-shores*, sem qualquer contrapartida para o esforço nacional de

desenvolvimento? Reagiram ameaçando com a deslocalização das suas actividades e com a exportação dos seus capitais. Pois que lhes faça bom proveito, cá os esperamos na volta, mas talvez não fosse, desde já, má ideia retirar-lhes toda a subsidiação fiscal que ao longo de tantos anos e a troco de verdadeiramente nada, o Estado português lhes foi creditando. O outro facto tem a ver com o Kosovo e com os eventuais riscos que os militares portugueses correram por permanecerem naqueles lugares. Não domino suficientemente o problema, mas todas as opiniões que tenho ouvido de quem o domina, ou pelo menos tem essa obrigação, é a de que esses riscos são mínimos e negligenciáveis. Há contudo uma situação que importa esclarecer; deve obrigar-se o Estado em geral, e o Governo em particular, a esclarecê-la. Agora brincar com o sentimento das pessoas, com o sofrimento das famílias, com a angústia e o medo que resulta das circunstâncias que verdadeiramente se não dominam para ganhar pontos eleitorais ou protagonismos passageiros é francamente criticável e sobretudo abominável. Um país forte, solidário, justo e com futuro não se constrói com as visões mesquinhas, particularistas e de horizontes curtos, dos Ferraz, Azevedos e Portas desta sociedade. Denunciá-los, mesmo na política, é um acto de verdadeira higiene.

«Foi uma vitória democrática por Portugal»
Jorge Sampaio
Hotel Altis, 14 de Janeiro

«Para a minha geração – que ingressou na universidade depois de Maio de 68 e dos Beatles, que estava impedida de ler Sartre e Henry Miller, de ouvir a BBC e de ver “O Último Tango em Paris” – participar em eleições livres era mais do que alguma vez se atrevera ambicionar»
Edite Estrela
Expresso, 12 de Janeiro

«Tenho dificuldade em perceber que se enjeite o privilégio de ajudar a eleger quem nos há-de representar e governar»
Idem, ibidem

«Direita teve o pior resultado de sempre»
António Guterres
Hotel Altis, 14 de Janeiro

«Apoiado por uma única força política – o PS -, este resultado provou que Jorge Sampaio soube granjear o respeito e a admiração dos portugueses»
Idem, ibidem

«É impensável que o Presidente da República deixe de ser directamente eleito pelo povo»
Almeida Santos
Idem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

| | |
|---------|-----------------|
| Cheque | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses |
| Valor | \$ |

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

| ASSINATURAS | 6 MESES 2 NÚMEROS | 12 MESES 4 NÚMEROS |
|-------------------|-------------------|--------------------|
| Continente | 500\$ | 800\$ |
| Regiões Autónomas | 700\$ | 1.200\$ |
| Macau | 1.300\$ | 2.400\$ |
| Europa | 1.500\$ | 2.900\$ |
| Resto do Mundo | 2.300\$ | 4.400\$ |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

| | |
|---------|-----------------|
| Cheque | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses |
| Valor | \$ |

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

| ASSINATURAS | 6 MESES 26 NÚMEROS | 12 MESES 52 NÚMEROS |
|-------------------|--------------------|---------------------|
| Continente | 1.650\$ | 3.250\$ |
| Regiões Autónomas | 2.400\$ | 4.600\$ |
| Macau | 4.600\$ | 9.100\$ |
| Europa | 5.500\$ | 10.800\$ |
| Resto do Mundo | 8.500\$ | 16.600\$ |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

